

Centro Universitário de Brasília

A Cooperação Técnica Internacional

Brasil-Japão

Um Estudo de Caso:

Japan International Cooperation Agency

Representação no Brasil

Rodrigo Nunes Valadares

**Brasília - DF
Junho / 2003**

Centro Universitário de Brasília

A Cooperação Técnica Internacional

Brasil-Japão

Um Estudo de Caso:

Japan International Cooperation Agency

Representação no Brasil

Rodrigo Nunes Valadares

Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Professora

Orientadora Prof^a. MsC. Leila Maria Da'Juda Bijos

Brasília - DF
Junho / 2003

Centro Universitário de Brasília

A Cooperação Técnica Internacional

Brasil-Japão

Um Estudo de Caso:

Japan International Cooperation Agency

Representação no Brasil

Rodrigo Nunes Valadares

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Leila Maria Da’Juda Bijos – Presidente

Prof. Sérvulo Vicente Moreira – Membro

Prof^ª. Meireluce Fernandes da Silva - Membro

Brasília - DF
Junho / 2003

DEDICATÓRIA

À minha família

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), pela oportunidade de estágio a mim concedida, permitindo-me entender a cooperação sob a égide japonesa.

À Professora Leila Bijos, que não apenas teve a difícil missão de me orientar, mas acima de tudo me incentivou a desenvolver um tema tão complexo e interativo.

Aos professores do curso de Relações Internacionais do UniCEUB, pela minha formação acadêmica, em especial aos professores Sérvulo e Meirelucé, que aceitaram gentilmente participar e colaborar com este trabalho fazendo parte da Banca Examinadora.

Ao Prof. Hidefumi Imura, da Universidade de Nagoya, Japão, por me aceitar no Programa de Mestrado da Faculdade de Estudos Ambientais desta conceituada universidade japonesa. Fator este que contribuiu, e muito, para o progresso da minha pesquisa.

Aos colegas de faculdade, em especial à internacionalista Rosemeire, pela companhia e ajuda inestimáveis.

Ao Ministério das Relações Exteriores, por possibilitar a realização do meu trabalho, de forma a compatibilizá-lo com minhas obrigações na instituição.

À minha família, que não tenho palavras para agradecer.

Agradecimento especial reservo a Deus, pelo sopro da vida.

SUMÁRIO

	Pág.
DEDICATÓRIA.....	IV
AGRADECIMENTOS.....	V
LISTA DE TABELAS.....	VII
LISTA DE GRÁFICOS.....	VIII
LISTA DE FIGURAS.....	IX
LISTA DE SIGLAS.....	X
SINOPSE.....	12
ABSTRACT.....	13
I – INTRODUÇÃO.....	14
I.1. APRESENTAÇÃO.....	14
I.2 OBJETIVOS.....	16
I.2.1. OBJETIVO GERAL.....	16
I.2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	16
I.3 HIPÓTESE.....	17
I.4. METODOLOGIA.....	18
II - REFERENCIAL TEÓRICO.....	19
II.1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	19
II.2. TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UM ENFOQUE NEO-REALISTA E INSTITUCIONALISTA DO PROCESSO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.....	21
III - A COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL.....	27
III.1. DEFINIÇÕES, ASPECTOS HISTÓRICOS E EVOLUTIVOS DA COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL.....	27
III.2. A COOPERAÇÃO NORTE-SUL: ENTRE A RETÓRICA E A REALIDADE.....	37
IV - AS BASES PARA A COOPERAÇÃO NIPO-BRASILEIRA.....	40
IV.1. IMIGRAÇÃO JAPONESA PARA O BRASIL: MARCO HISTÓRICO DAS RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.....	40
IV.2. RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL-JAPÃO.....	49
V - JAPAN INTERNATIONAL COOPERATION AGENCY REPRESENTAÇÃO NO BRASIL.....	62
V.1. CONSIDERAÇÕES SOBRE A JICA.....	62
V.2. O ESTUDO DE CASO.....	69
CONCLUSÕES.....	95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	98
ANEXOS	

LISTA DE TABELAS

- TABELA 1 – Entrada de Imigrantes no Brasil
- TABELA 2 – Investimentos Diretos
- TABELA 3 – Principais Visitas Brasil-Japão 1988-2002
- TABELA 4 – Responsabilidades das Partes
- TABELA 5 – Questões Prioritárias para a Cooperação com a JICA
- TABELA 6 – Regiões e Questões Prioritárias para a Cooperação com a JICA

LISTA DE GRÁFICOS

- GRÁFICO 1 – Evolução do Volume da Produção de Soja nos Cerrados
- GRÁFICO 2 – Evolução do Volume da Produção de Milho nos Cerrados
- GRÁFICO 3 – Evolução do Volume da Produção de Café nos Cerrados
- GRÁFICO 4 – Evolução do Volume da Produção de Algodão nos Cerrados

LISTA DE FIGURAS

- FIGURA 1 – Categorias da Official Development Assistance
- FIGURA 2 – Escritórios da JICA no Exterior
- FIGURA 3 – Localização dos Projetos e Abrangência do Cerrado

LISTA DE SIGLAS

- ABC – Agência Brasileira de Cooperação
- ACF – Asian Cooperation Foundation
- ALBRAS – Alumínio Brasileiro
- ASEAN – Association of Southeast Asian Nations
- BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BIRD – Banco Mundial
- BRASAGRO – Companhia Brasileira de Participação Agro-Industrial
- CAMPO – Companhia de Promoção Agrícola
- CAN – Comunidade Andina de Nações
- CEI – Comunidade dos Estados Independentes
- CENIBRA – Celulose Nipo-Brasileira
- CNI – Confederação Nacional da Indústria
- CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas
- CTH – Cooperação Técnica Horizontal
- CTI – Cooperação Técnica Internacional
- CTMP – Cooperação Técnica Mini-Projeto
- CTPD – Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento
- CTPP – Cooperação Técnica Tipo-Projeto
- DAC – Development Assistance Committee
- DCE – Divisão de Cooperação Educacional
- DFTR – Divisão de Formação e Treinamento do Ministério das Relações Exteriores
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- EUA – Estados Unidos da América
- FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz
- FUNAG – Fundação Alexandre de Gusmão
- GI – General Information
- IED – Investimento Estrangeiro Direto
- IIRSA – Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura na América do Sul
- IPRI – Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais
- ISHIBRAS – Ishikawajima do Brasil Estaleiros

- JADECO – Japan-Brazil Agricultural Development Cooperation
- JBIC – Japan Bank for International Cooperation
- JBPP – Japan-Brazil Partnership Program
- JEMIS – Japan Emigration Service
- JETRO – Japan External Trade Organization
- JICA – Japan International Cooperation Agency
- JOCV – Japan Overseas Cooperation Volunteers
- KEIDANREN – Japan Federation of Economic Organization
- KFW – Kreditanstalt für Wiederaufbau
- KKKK – Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha
- MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil
- MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
- MRE – Ministério das Relações Exteriores do Brasil
- NIC – Newly Industrializing Countries
- ODA – Official Development Assistance
- OECD – Organization for Economic Cooperation and Development
- ONU – Organização das Nações Unidas
- OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo
- OTCA – Overseas Technical Cooperation Agency
- PAAT – Programa Ampliado de Assistência Técnica
- PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- PRODECER – Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados
- R/D – Record of Discussion
- S/W – Scope Work
- SNU – Sistema das Nações Unidas
- TCDC – Technical Cooperation among Developing Countries
- TICAD – Tokyo International Conference on African Development
- UnB – Universidade de Brasília
- UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
- UNDP – United Nations Development Program
- USIMINAS – Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais

SINOPSE

VALADARES, Rodrigo. A Cooperação Técnica Internacional Brasil-Japão – Um Estudo de Caso: *Japan International Cooperation Agency* Representação no Brasil. Centro Universitário de Brasília. Professora Orientadora: Leila Maria Da’Juda Bijos. Junho de 2003.

A cooperação técnica prestada pelo governo do Japão ao Brasil durante a realização do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados, através da *Japan International Cooperation Agency* (JICA), possibilita uma vasta área de estudos acadêmicos. No entanto, este trabalho propõe-se a estudar a atuação da JICA neste Programa e as suas implicações para o desenvolvimento agrícola brasileiro.

ABSTRACT

VALADARES, Rodrigo. The International Technical Cooperation Brazil-Japan – A Case Study: Japan International Cooperation Agency Representation in Brazil. Centro Universitário de Brasília. Professora Orientadora: Leila Maria Da’Juda Bijos. Junho de 2003.

The technical cooperation granted by the Japanese government to Brazil, through Japan International Cooperation Agency (JICA), during the accomplishment of Japan-Brazil Cooperation Program for Development of the Cerrado Region, allows a wide range of academic studies. However, this final paper proposes to study the involvement of JICA in this Program and its effects to the Brazilian agricultural development.

INTRODUÇÃO

I.1. APRESENTAÇÃO

A globalização das relações entre os países e a dinâmica do desenvolvimento técnico-científico fazem com que a internacionalização e a cooperação estejam presentes de forma crescente na estratégia de atuação dos países que buscam um ambiente internacional mais equilibrado.

Atualmente, a cooperação técnica internacional é abordada como uma opção de intermediação nas relações internacionais, no crescimento econômico e no progresso tecnológico como um todo. Isso se deve, em parte, ao poder que tal cooperação tem de transmitir conhecimentos e, principalmente, de transformá-los em resultados políticos.

Pretende-se com este trabalho examinar a participação da *Japan International Cooperation Agency* (JICA) no âmbito do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) e mostrar que esta Agência japonesa teve papel significativo no êxito do Programa, o que proporcionou o aumento da produção brasileira de grãos na região dos cerrados.

Nesta oportunidade, procurou-se apresentar de modo sistemático, apesar do difícil acesso aos documentos da JICA, que após o início do PRODECER, a produção de grãos no cerrado brasileiro teve um aumento considerável.

A monografia foi subdividida em três partes, excluindo-se a introdução, o referencial teórico e as conclusões. A primeira parte, referente a Cooperação Técnica Internacional, aborda as definições, os aspectos históricos e evolutivos da cooperação técnica internacional e elucida o complexo relacionamento entre o Norte e o Sul. A segunda parte, sobre as Bases para a Cooperação Nipo-Brasileira, analisa os fatores históricos que estimularam a imigração japonesa para o Brasil como, também, esboça a

trajetória das relações bilaterais entre o Brasil e o Japão desde a Era Meiji até os dias atuais. Apesar de ter um assunto técnico como foco de análise, o autor pretendeu enriquecer sua pesquisa dando, nas partes acima mencionadas, um enfoque histórico e teórico, com o intuito de fornecer maior embasamento às discussões que se seguem e auxiliar no entendimento da importância da cooperação técnica como fator de apoio ao desenvolvimento. E, por fim, a terceira parte, sobre a JICA Representação no Brasil, expõe suas modalidades de cooperação técnica, as áreas consideradas prioritárias para cooperar com o governo brasileiro, a triangulação e, sobretudo, a atuação da Agência de Cooperação Internacional do Japão no PRODECER.

Escolher um tema para o desenvolvimento de uma monografia de graduação em Relações Internacionais engloba, precisamente, múltiplas variáveis. Seduzir-se pelo aprendizado de um assunto, confiando poder colaborar com novos ângulos de análise para o conhecimento científico, é, no mínimo, um motivo justificável para a escolha de um tema de pesquisa. Poder aliar esta “sedução” com a prática, isto é, escolher um tema que tenha correlação com sua área de anseio profissional, gera um ambiente benéfico e oportuno para desenvolver uma excelsa monografia.

I.2. OBJETIVOS

I.2.1. OBJETIVO GERAL

Um estudo sobre a *Japan International Cooperation Agency* (JICA) Representação no Brasil, analisando em que medida a cooperação técnica nipo-brasileira vem contribuindo para o desenvolvimento de setores específicos no país.

I.2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- A. Elucidar as divergências e convergências das teorias neo-realista e institucionalista dentro do processo de cooperação internacional;
- B. Analisar os aspectos históricos e evolutivos da cooperação técnica internacional;
- C. Identificar a cooperação internacional sob uma perspectiva do Norte e do Sul;
- D. Analisar os fatores históricos que estimularam a imigração japonesa para o Brasil;
- E. Esboçar a trajetória do relacionamento bilateral entre o Brasil e o Japão, tendo como marco temporal a Era Meiji até os dias atuais;
- F. Mostrar que a JICA, além de ser uma agência de caráter técnico, é, sobretudo, um órgão político nipônico promotor das relações internacionais do Japão com países em desenvolvimento;
- G. Analisar a participação da JICA no âmbito do PRODECER.

I.3. HIPÓTESE

A *Japan International Cooperation Agency* Representação no Brasil promoveu significativamente o desenvolvimento técnico-científico brasileiro na área agrícola por meio de sua participação no Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), possibilitando, assim, o aumento da produção de grãos no Brasil.

I.4. METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos aplicados a esta monografia foram desenvolvidos com o intuito de atingir o objetivo da pesquisa e possibilitar a comprovação da hipótese levantada. No desempenho de tais procedimentos, o autor abordou a cooperação técnica internacional de forma diferenciada, dando a ela um tratamento mais aprofundado através de uma abordagem histórica e teórica, bem como sua aplicabilidade sob a ótica do Norte e do Sul, para que se possa compreender melhor o porquê da elaboração deste trabalho sobre a cooperação técnica nipo-brasileira e o relevante papel desempenhado pela *Japan International Cooperation Agency* (JICA) na promoção do desenvolvimento técnico-científico brasileiro na área agrícola.

Para a realização deste trabalho foram analisadas dissertações, livros, relatórios, informes e documentos internos da JICA, como também do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, entre outros. Os referidos materiais permitiram, ao autor, delinear a pesquisa de forma clara e concisa.

A pesquisa realizada é de caráter exploratório, possuindo como procedimento técnico o estudo de caso da *Japan International Cooperation Agency* Representação no Brasil, com foco no apoio desta agência ao Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER).

Durante a execução da pesquisa, o autor realizou período de treinamento na *JICA Brazil Office*, como também na Divisão da Ásia e Oceania, do Ministério das Relações Exteriores.

REFERENCIAL TEÓRICO

II.1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Bijos¹, em sua dissertação de mestrado, avaliou as ações que abrangem a cooperação técnica bilateral Brasil-Japão, sendo a análise dos projetos agropecuários implantados pelo Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) o seu principal enfoque. O argumento central demonstrado na dissertação foi que a cooperação internacional, em sua dimensão triangular, permite o fortalecimento do Brasil como intermediador no repasse de tecnologias a países da América Latina e do Caribe e à Comunidade dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

O tema proposto na dissertação diz respeito às estratégias do Japão e do Brasil na cooperação internacional triangular e de como as relações entre esses dois países foram base para os objetivos estratégicos de inserção tanto do Brasil como do Japão no contexto das mudanças internacionais e das relações Sul-Sul.

O trabalho da autora inicia-se com um estudo sobre as origens históricas da transformação socioeconômica e política do Japão, seu período feudal, seus aspectos macroeconômicos de 1953 a 1973 e os condicionantes do milagre japonês e a inserção internacional do Japão, como resultado de sua reestruturação industrial e política. Em seguida, e dirigindo-se ao argumento central da tese, a referida autora aborda a cooperação técnica internacional em sua dimensão triangular por meio da análise do Estudo de Caso: o PRODECER e seus projetos.

¹ BIJOS, Leila. **A Cooperação Técnica Internacional em sua Nova Dimensão Triangular: Brasil-Japão-Países em Desenvolvimento**. Dissertação de Mestrado. UnB. Brasília, 1994.

O estudo realizado por Correia² em sua dissertação de mestrado diz respeito a cooperação técnica prestada brasileira em direção aos PALOP, tendo como objetivo o estudo do processo de cooperação técnica Brasil/PALOP, sob os auspícios governamentais, desde 1975, ano ao final do qual todos os PALOP já se encontravam independentes do colonialismo português, até 1996, considerando-se a ótica brasileira da relação.³ Durante a realização do trabalho, Correia privilegiou a perspectiva brasileira, sendo a trajetória da política externa brasileira um dos instrumentos de análise.

A dissertação da autora apresentou dois cortes históricos. O primeiro corresponde ao período anterior a criação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) que vai de 1975 a 1987. O segundo corte refere-se ao período posterior a criação da ABC, de 1988 a 1996.

A cooperação técnica se mostrou eficaz, na interpretação de Correia, na medida em que ela tem facilitado a penetração brasileira nos PALOP, mas, apesar de todas as ações depreendidas pelos órgãos competentes, ainda não existe uma política de cooperação técnica geral.

² CORREIA, Yolanda. **Cooperação Técnica Brasil/PALOP de 1975 a 1996**. Dissertação de Mestrado. UnB. Brasília, 1997.

³ A autora não abordou a análise da cooperação sob a ótica dos PALOP por falta de acesso ao material existente.

II.2. TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UM ENFOQUE NEO-REALISTA E INSTITUCIONALISTA DO PROCESSO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

A escolha da temática do presente item não é casual. Ao contrário, o presente tema foi eleito a partir de um leque de objetivos que permeiam o desenvolvimento desta monografia como um todo, dando uma visão teórica ao relacionamento e à cooperação Norte-Sul.

Com o final da Guerra Fria e o desmantelamento da União Soviética há uma preocupação em delinear as rotas dos acontecimentos internacionais. Neste período de surgimento de uma nova configuração internacional, formou-se um ambiente propenso para o confronto de preceitos neo-realistas e institucionalistas. O confronto, que ainda não concluiu, exerceu influência sobre as disciplinas das relações internacionais nos anos 70 e 80.

Neste item, o autor irá expor as principais diferenças que separam estes dois enfoques e, ao mesmo tempo, colocar-se-á em evidência que as semelhanças parecem ser mais fundamentais que as distinções entre elas, sobretudo quando estas duas perspectivas são comparadas sob a égide da cooperação.

O enfoque neo-realista das relações internacionais, como se pode depreender do nome, tem suas bases na escola realista, mas, ao mesmo tempo, tenta se ordenar em um sistema internacional mais complexo e interdependente, com maior número de atores, que não são somente os Estados, e onde a faceta econômica tem cada vez maior gravitação.

Com relação à teoria clássica realista, convém abordar suas principais conjecturas: i) os Estados como únicos atores do sistema internacional; ii) o direcionamento das ações dos Estados advém do conceito de interesse nacional, o qual se reduz a busca de segurança e sobrevivência; iii) a anarquia domina a realidade internacional, não havendo uma ordem hierárquica nem uma autoridade superior que modere o sistema, porém há competição; iv) que a referida segurança se obtém por meio

da manutenção e maximização do poder dos Estados e; v) o Estado comporta-se unitária e racionalmente.

Para os realistas clássicos, o poder é a principal variável da política internacional. Sendo assim, os Estados partiriam na busca incessante para maximizar o seu poder e, na medida em que o faz, induzir-se-á a um jogo de soma-zero, onde o acréscimo de poder de um Estado resultaria no decréscimo do poder dos demais. A propensão, guiada pelo comportamento dos Estados, seria atingir uma situação de equilíbrio, conhecida no meio realista como *balance of power*, na qual os Estados se encontrariam inibidos pelo poder dos demais.⁴ Segundo Silva:

“Os neo-realistas reconhecem que a teoria clássica teve certas limitações. Estas falhas do realismo podem ser sintetizadas da seguinte maneira: a) sua característica em ser muito vago, intuitivo e histórico, e, portanto, muito dependente do analista tanto para dar uma visão sistemática da realidade internacional, como para inspirar programas de pesquisas operacionais; b) os realistas tampouco distinguiram suficientemente os aspectos subjetivos e objetivos da política internacional, atribuindo à percepção e à ação dos atores um papel incomensurável; c) sua visão atomística do sistema internacional, como se este fosse um conjunto de unidades autônomas; d) a seu pressuposto da autonomia da esfera política, que levou os realistas a concentrar sua análise na esfera político-militar; e, por último, e) a tradição clássica não estava devidamente fundamentada pela teoria social” (Silva, 1997:45).

De acordo com o mesmo autor, para se elaborar uma síntese teórica neo-realista se faz necessário destacar no mínimo três elementos. Em primeiro lugar, o neo-realismo continua sendo uma concepção estado-cêntrica do sistema internacional. Ainda que muitos autores neo-realistas aceitem a existência de outros atores e também o fato de nem sempre os Estados agirem unitária e coerentemente, nota-se neles a idéia de que os Estados são os principais atores do sistema internacional. Em segundo lugar, nos neo-realistas encontra-se presente a concepção de que a realidade social está composta por uma multiplicidade de atores individuais que procuram satisfazer seus interesses interagindo no mercado, num mundo caracterizado pela escassez, mediante a

competição, a aplicação de uma racionalidade instrumental e a adoção de decisões racionais. Em terceiro, e último plano, o autor caracteriza o pensamento neo-realista de uma concepção positivista. Para ele, o neo-realismo tem a pretensão de encontrar relações causais objetivas que permitam captar a realidade como ela é e, também, a geração de conhecimentos que permitam prever, orientar e controlar a sociedade internacional.

Após a Segunda Guerra Mundial o realismo se tornou a abordagem dominante, possuindo uma explicação poderosa e abrangente das relações internacionais. Entretanto, segundo Oliveira (2001:87), o “tão poderoso domínio do realismo começou a ser contestado na década de setenta. Nesse período surgiu o movimento behaviorista, colocando em xeque a disciplina das Relações Internacionais ortodoxas, quase exclusivamente americana, (...)”.

Durante a década de 70, novas teorias na área das relações internacionais começam a fluir dentro de um sistema repleto de concepções alicerçadas na teoria clássica, tentando explicar e minimizar os traumas econômicos decorrentes de um período bipolar.

A crise econômica internacional favoreceu a difusão das convicções globalistas que se caracterizam, em linhas gerais, por conceder importância aos aspectos econômicos na análise da realidade internacional. Partindo disto, o globalismo utiliza novos enfoques e abordagens, tais como multipolaridade e interdependência, que serão relevantes para esta análise. Em suma, o globalismo se caracteriza pelos seguintes fatores: o foco de análise deixa de ser o Estado, incorporando outros atores de caráter transnacional, questionando profundamente o conceito de interesse nacional e transformando radicalmente as chaves hierárquicas propostas pela escola clássica realista.

O sistema bipolar rígido oriundo da Guerra Fria começa a mudar rapidamente. Isto faz com que mude também a inserção da América Latina no sistema internacional. De acordo com Tomassini⁵, as mudanças produzidas em nível mundial a partir do fim dos anos 60 e princípios dos anos 70 podem ser ordenadas em mudanças políticas,

⁴ Veja: MORGENTHAU, Hans. **Politics among Nations**. 4ª ed. New York: Knopf, 1971.

econômicas e socioculturais. No âmbito político, Tomassini distingue cinco transformações: a primeira, em termos mais gerais, aborda o início de fissuras no sistema bipolar – influenciado pelo declínio relativo da hegemonia norte-americana. A segunda transformação do sistema internacional ocorre com o surgimento de novos pólos de poder mundial: Europa Ocidental, a Comunidade dos Estados Independentes (CEI), Japão e a China. A terceira transformação, segundo o autor, é decorrente do surgimento de tensões no interior do sistema trilateral Estados Unidos-Europa Ocidental-Japão. Um quarto elemento de mudança são as fricções que começam a surgir dentro do bloco socialista, começando pelo conflito sino-soviético no final dos anos 60 e começo dos 70, até a crise do bloco socialista. Por último, com o rápido processo de descolonização, os países do Terceiro Mundo passaram à condição de importantes atores do sistema, organizando-se e formando poderosos grupos e organizações, como, por exemplo, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP).

Tanto a teoria neo-realista quanto a institucionalista buscam explicar o mundo pós-1989. Enquanto o neo-realismo centra-se no sistema anárquico, a teoria institucionalista enfatiza interações entre Estados soberanos e sociedades e o desenvolvimento de normas e instituições. Em outras palavras, o realismo centra-se na natureza dos conflitos e os institucionalistas abordam a administração dos conflitos⁶.

A relevância dada ao potencial para o conflito na esfera internacional não significa que os neo-realistas estejam renunciando à problemática da cooperação. Na verdade, a cooperação adquire nova roupagem no entendimento das “lentes realistas”. Em uma análise generalista, a cooperação, do ponto de vista neo-realista, seria uma opção do Estado para satisfazer as necessidades do interesse nacional. Sob esta abordagem, a cooperação seria fruto, basicamente, de situações em que o interesse nacional dos Estados se coincidissem.

A teoria institucionalista, ao contrário da neo-realista, sustenta não somente o preceito de que as instituições moldam o comportamento do Estado, mas também de que a cooperação somente pode ser entendida sob a ótica das instituições. Na acepção de Canísio:

⁵ in SILVIA, Gustavo. **A Teoria das Relações Internacionais & Pesquisa para a Paz**. Editora Royal Court. Brasília, 1997. p. 46.

⁶ O termo original é *conflict management*. Veja: KEOHANE, Robert et al. **After the Cold War**. Cambridge: Harvard University Press, 1995. p. 05.

“Instituições fazem com que os Estados se comprometam a não perseguir vantagens unilaterais, concordem em fazer concessões em termos de seu interesse nacional e desenvolvam normas de reciprocidade. Nesse sentido, as instituições ajudam a resolver problemas de ação coletiva, ao estabelecerem padrões pelos quais os Estados podem avaliar o comportamento de outros Estados, pelo monitoramento do comportamento estatal, ou pelo estabelecimento de penalidades para o não-cumprimento de suas regras (non-compliance). Ademais, através da troca de informações sobre as intenções de cada Estado, as instituições aumentam a transparência e modificam expectativas e percepções de um Estado com relação aos outros. Em suma, instituições tornam as relações entre os Estados mais precisas” (Canísio, 1996:09).

É importante lembrar que, os institucionalistas não elevam instituições à categoria de autoridade supranacional, pelo contrário, abordam que elas são estabelecidas pelos Estados para conquistar seus objetivos.

A cooperação, na visão institucionalista, não é o oposto de conflito, mas sim, como citado anteriormente, uma forma de administração de conflitos. Desta forma, a cooperação torna-se um mecanismo no qual os Estados, impulsionados pelos ganhos conjuntos que ela potencialmente pode oferecer, abdicam, mesmo que momentaneamente, alguns de seus interesses.

Conforme Canísio (1996:09) existem duas circunstâncias necessárias para que as instituições sejam relevantes. A primeira quando há existência de interesse mútuo e a segunda quando a variação no grau de institucionalização afetarem o comportamento estatal. Segundo a mesma autora, essas duas condições fazem a cooperação possível, mas também a fazem dependente dos arranjos institucionais. Nesse contexto, verifica-se que, tanto no institucionalismo quanto no neo-realismo, os Estados são egoístas e racionais. Contudo, os institucionalistas alegam que a discórdia não necessariamente procede desse egoísmo. De acordo com Keohane:

“If the egoist monitor each other’s behavior and if enough of them are willing to cooperate on condition that others cooperate as well, they may be able to adjust their behavior to reduce discord. They may even create and maintain principles, norm, rules and procedures – institutions referred to in this book as regimes. (...) Properly designed institutions can help egoists to cooperate even in the absence of a hegemonic power” (Keohane, 1984:84).

A escola institucionalista vem contribuindo com novas facetas de análise do meio internacional, enriquecendo as idéias e pressupostos das teorias das relações internacionais contemporâneas. A referida escola tem representado um dos mais poderosos desafios ao “movimento” neo-realista e à tradição realista em geral. Apesar dos desencontros, os debates têm contribuído relevantemente para o entendimento do que vem a ser o processo de cooperação entre os Estados.

Conforme explanado anteriormente, ambas as escolas abordam o fenômeno da cooperação, mas os neo-realistas a consideram como algo extremamente difícil de se conseguir, além da cooperação ser dependente do poder estatal. Na visão neo-realista, o objetivo maior dos Estados, dentro de um processo de cooperação, é impedir que os demais aumentem suas possibilidades e conhecimentos que, futuramente, irão confrontar-se com os anseios dos primeiros.

A COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL

E Javé disse: “Eles são um povo só e falam uma só língua. Isso é apenas o começo de seus empreendimentos. Agora, nenhum projeto será irrealizável para eles. Vamos descer e confundir a língua deles, para que um não entenda a língua do outro”. Gênesis 11,6-8.

III.1. DEFINIÇÕES, ASPECTOS HISTÓRICOS E EVOLUTIVOS DA COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL

As apreciações a serem abordadas neste capítulo, no que tange a conceituação e diferença entre assistência técnica e cooperação técnica, bem como os comentários referentes a teoria do desenvolvimento, têm como plano fornecer um embasamento teórico à compreensão das discussões e auxiliar no entendimento da importância da cooperação técnica como fator de apoio a promoção do desenvolvimento.

A questão do desenvolvimento, como um objetivo mais amplo a ser atingido através da cooperação, é geralmente analisada sob um panorama internacional de integração política e econômica, principalmente pelos teóricos da dependência. O modelo de dependência expõe um vínculo entre o aspecto político e econômico, seja na esfera interna ou internacional, mostrando a assimetria existente entre as nações e as perspectivas positivas e negativas das relações internacionais sobre a organização interna e o desenvolvimento dos países periféricos. Tal modelo sistematiza um quadro histórico, característico da convivência internacional, onde as nações ditas “satélites” gravitam sob a influência do poderio político e econômico das chamadas nações “líderes”.

O vocábulo desenvolvimento será aqui empregado em seu sentido mais amplo, envolvendo democracia, justiça social, bem-estar e crescimento econômico, bem como um indicativo do estágio da evolução do setor produtivo e de seus reflexos sócio-políticos. O termo desenvolvimento, segundo Murphy (1986:01), designa o interesse

das nações em alcançar um padrão de vida acima do nível de subsistência, em obter para os seus cidadãos igualdade de acesso aos benefícios sociais e maior participação nas decisões sobre suas vidas.

A definição de cooperação no âmbito das Relações Internacionais nem sempre teve uma aceitação unânime e, de acordo com Correia (1997:08), a cooperação abarca situações que seriam logicamente excludentes, na medida em que se admite a existência de cooperação entre inimigos, que na realidade poderia ser denominada de associação ou aliança regida por interesses temporariamente não excludentes, que não podem, no entanto, ser considerados comuns.

A “assistência técnica” conforme Braga (1996:16), foi inicialmente implementada com o objetivo de se apoiar a criação ou reconstrução de sistemas econômicos similares ao dos países doadores, não havendo intenção de se encontrar soluções mais adequadas as características e necessidades dos Estados receptores e nem interesse do tipo de organização econômica e social que efetivamente desejavam seus povos. Prevalecia a idéia de integrar os países periféricos à economia internacional, porém sem considerar a capacidade existente e o esforço interno de desenvolvimento próprio.

A assistência técnica possui um significado mais voltado para a ajuda, pura e simples, do que um trabalho conjunto que vai resultar em cooperação. Sob esta égide, a assistência pode significar apenas uma transferência, atribuindo ao receptor uma participação mais ou completamente passiva do processo. O termo “assistência” pressupõe que a prestação de serviços seja gratuita, não reembolsável, enquanto o termo cooperação implica o contrário, ou seja, que de alguma forma existe um reembolso pelos serviços prestados.

Na acepção de Könz (1994:221), “a cooperação técnica e assistência técnica são expressões claras e distintas. ‘Cooperação’ subentende uma relação entre iguais, ou parceiros, que pleiteiam uma meta comum. Já o termo ‘Assistência’ emana o auxílio de alguém que tem algo que o outro não possui.”

A eficiência da assistência técnica sempre foi argumentada, posto que há uma tendência à crítica em relação a atos que impliquem a passividade do receptor e, ao

mesmo tempo, exaltem a benevolência do ofertador. Assim, se um processo de transferência de conhecimento visa à superação do subdesenvolvimento, há de se esperar uma atitude mais ativa de receptor. Os defensores desse tipo de assistência abordam que, dependendo da ocasião, a assistência técnica se faz necessária para que, futuramente, possa-se evoluir para um processo de cooperação técnica. De acordo com Braga:

“A assistência técnica pode ser prestada tanto por organismos internacionais como por governos. No caso de assistência intergovernamental, esses procedimentos são adotados, principalmente por governos do Primeiro Mundo em favor de países menos desenvolvidos. Esses programas, via de regra, podem revestir-se de várias características. Podem significar, por exemplo, o envio de técnicos para implementar mudanças no país objeto da assistência técnica e podem implicar a concessão de bolsas de estudo para aprimoramento de mão-de-obra.

A evolução do conceito cooperação técnica deu-se a partir da década de 70, quando se estabeleceu, no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que a cooperação técnica devia ser estabelecida por interesses mútuos, no qual os atores envolvidos levantassem recursos próprios proporcionais. A partir desta data, o termo ‘cooperação técnica’ vêm substituindo gradualmente o termo ‘assistência técnica’” (Braga, 1996:26)

A Cooperação Técnica Internacional (CTI) é atualmente entendida como uma forma particular de cooperação internacional, cujo desenvolvimento permite a associação de dois ou mais Estados, ou instituições dos mesmos, na busca conjunta de uma melhor capacitação, permitindo, sobretudo aos países em vias de desenvolvimento, oportunidades e fomento ao crescimento e ao progresso interno.

Sabe-se que os países em desenvolvimento apresentam carência na formação de recursos humanos, de infra-estrutura de pesquisa, precisando, através de experiências com o exterior, atenuar suas deficiências. Neste sentido, a cooperação técnica apresenta-se como um recurso para complementar o fortalecimento interno da capacidade técnico-científica, sendo, de acordo com Tomassini (1993:07), um instrumento a serviço do progresso do desenvolvimento econômico e social, e se

constitui no principal canal por onde transitam as relações internacionais e a política exterior dos países em desenvolvimento.

A noção de cooperação como instrumento de ajuda dos países industrializados, havia-se incorporado à comunidade internacional. Os países ofertantes de cooperação firmaram políticas para outorgá-la, planejaram programas bilaterais de cooperação internacional e criaram agências para administrá-los.

Ressalta-se que, para que haja cooperação é necessário que os atores envolvidos se respeitem reciprocamente. O não respeito aos interesses dos parceiros, sobretudo os dos mais fracos, os ditos recipiendários da cooperação, torna a cooperação uma mera retórica.

A nova discussão proposta pela ONU sobre o desenvolvimento socioeconômico dos países pobres após a Segunda Guerra Mundial propiciou o florescimento de um novo processo de interação. Foi nesse processo que se firmou a cooperação internacional contemporânea, que tinha em si a semente da união para combater um mal comum: a pobreza.

A CTI é um meio que, se administrado adequadamente, torna possível o encurtamento do “caminho para o desenvolvimento”, pois o repasse do conhecimento pode ser considerado como um redutor de etapas.

A análise histórica da cooperação neste trabalho será limitada ao período pós II Guerra Mundial, ao longo do qual se estabeleceu o mais complexo e abrangente sistema de cooperação internacional de que se tem notícia na história da humanidade. Entretanto, não se pode deixar de abordar que a cooperação internacional é uma das responsabilidades mais antigas da diplomacia.

Com a formação do Sistema das Nações Unidas (SNU) visando à promoção de fóruns de debates para preservar a paz mundial, a fim de evitar novos conflitos, criou-se um ambiente favorável para que as instituições financeiras do sistema mobilizassem recursos para a reconstrução das economias afetadas e restabelecer o equilíbrio das finanças mundiais, almejando a retomada do comércio internacional. A formação do

SNU inseriu no campo internacional espaço para a discussão sobre o desenvolvimento econômico e social dos países periféricos.

No momento em que os organismos econômico-sociais das Nações Unidas iniciaram suas atividades, os países em vias de desenvolvimento exprimiram intenção de obter cooperação com o intuito de receber ajuda para tentar resolver seus problemas econômicos e sociais mais urgentes.

Em 1947, o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas aprovou duas resoluções sobre assistência técnica. A primeira dessas resoluções, segundo Tomassini (1993:04), requisitava ao Secretário Geral que analisasse “os métodos de assessoramento e informações e de fornecimento de especialistas aos países que solicitem tal assistência, a fim de ajudá-los a organizar a administração dos serviços sociais”. A segunda, de cunho mais generalista, incumbia o Secretário Geral de estabelecer uma entidade que se dedicasse a fornecer cooperação técnica “aos países menos desenvolvidos para ajudá-los em seu desenvolvimento”.

Em 1948, o Conselho Econômico e Social instituiu, através da resolução 200 (III), o Programa de Assistência Técnica com a finalidade de prestar assistência técnica aos países dito subdesenvolvidos em seus programas de desenvolvimento econômico. Tal resolução estabeleceu certos princípios, até então observados, objetivando guiar a cooperação internacional, dentre eles:

- I. A assistência técnica não pode ser pretexto para a ingerência econômica ou política por parte de um país estrangeiro nos assuntos internos do país interessado;
- II. Não pode ser acompanhada de nenhuma consideração de caráter político;
- III. Deve responder às necessidades do país interessado;
- IV. Será guiada, pelos mais altos níveis de qualidade e de competência técnica.

O referido Programa, financiado com orçamento das Nações Unidas, sofreu várias críticas oriundas dos países industrializados, porém, dois meses depois, o presidente americano Truman incluiu em sua administração um programa de assistência técnica para o mundo subdesenvolvido, que, futuramente, daria origem ao Programa Ampliado de Assistência Técnica (PAAT) das Nações Unidas. Logo depois, a ONU criou o Fundo Especial que, posteriormente, associaria-se com o PAAT dando origem ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Segundo Steinbach⁷, o atual sistema institucional de cooperação internacional foi desencadeado sob a égide do multilateralismo, por meio da criação do Sistema das Nações Unidas (SNU). No final da II Guerra Mundial, não havia um ambiente amigável entre as nações e, para restabelecer a confiabilidade entre elas era necessário harmonizar os interesses individuais de cada país. No seio das Nações Unidas foram desencadeados uma série de fóruns multilaterais, dando voz as nações, permitindo-as esboçar suas aspirações políticas e econômicas. Observa-se que, desde seu nascimento no âmbito da ONU até os dias atuais, o multilateralismo contempla distinções de vez, voz e veto entre seus parceiros.

A cooperação internacional, na visão de Tomassini (1993:06), desde suas origens até a atualidade está associada aos problemas relativos ao desenvolvimento, sobretudo o econômico e social nos países menos desenvolvidos. Sob outra égide, Amorim (1994:153) aborda que o desenvolvimento só tardiamente e de forma incompleta passou a ser o foco da cooperação. Para ele, a cooperação sempre esteve muito mais voltada para questões como a manutenção da ordem e da paz.

A evolução, tanto da assistência técnica quanto da cooperação técnica internacional, foi marcada pela adaptação às estratégias de desenvolvimento dos países recipiendários e aos interesses dos países doadores. Deve-se lembrar que, os recursos designados aos programas de cooperação internacional, multilaterais ou bilaterais, vêm do orçamento dos Estados. Devido a isso, sua alocação e utilização é sempre objeto de delicadas negociações.

⁷ in BRAGA, Maria. **Cooperação Internacional na Área de Telecomunicações: Um Estudo de Caso**. Dissertação de Mestrado. UnB. Brasília, 1996. p. 45.

Conforme definição de Soares⁸:

“A Cooperação Técnica, juntamente com a Cooperação Financeira e Assistência Alimentar, foi instituída pela Resolução n.º 200, em 1948, da Assembléia Geral das Nações Unidas, e transformou-se numa das três formas clássicas de cooperação para o desenvolvimento no período pós-Segunda Guerra Mundial. A cooperação era, então, entendida como: um processo não comercial de transferência de conhecimentos e técnicas, normalmente de países mais desenvolvidos para países de menor desenvolvimento, realizado por meio do envio de técnicos e peritos, de programas de treinamento, do intercâmbio de informações, da doação de equipamentos e material bibliográfico e da realização de estudos e pesquisas em conjunto.”

No final da década de 70, ocorreu uma significativa redução da cooperação concedida ao Terceiro Mundo devido às sucessivas crises econômicas e políticas e ao desgaste nas relações Norte-Sul, além da própria deterioração do termo assistência, que trazia implícito uma conotação de desigualdades entre os atores participantes, presumindo que algo é simplesmente passado e passivamente recebido.

Com a criação da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) os países em vias de desenvolvimento passaram a buscar uma modificação na ordem econômica internacional vigente e harmonizaram-se em torno do emblema *trade not aid*. Os impasses com os países centrais estimularam os países do Sul a buscarem novas formas de integração entre si, emergindo daí o estímulo à *Technical Cooperation among Developing Countries* (TCDC), também denominada de Cooperação Técnica Horizontal (CTH).

A Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD) floresce em um momento do cenário internacional onde se acentuam os esforços de criação de entidades e ações que exprimem os anseios dos países periféricos. A partir de então surge um novo conceito de cooperação técnica, baseado no planejamento conjunto de atividades e não mais mera transferência de conhecimentos, tornando-se um importante recurso na promoção do desenvolvimento dos países periféricos.

⁸ In BRAGA, Maria. Op. cit., p. 41.

Em 1978, realizou-se em Buenos Aires, com a participação de 138 delegações nacionais e de entidades de cooperação e organismos internacionais, a Conferência das Nações Unidas sobre Cooperação Técnica Horizontal, evidenciando a importância da CTPD e a necessidade de sistematização de suas modalidades. Revigorou-se a idéia de que a CTH deveria fazer parte integrante da cooperação para o desenvolvimento, fomentando o uso dos recursos humanos nos países com menor desenvolvimento. Na conferência, foi definida a CTPD como: “ *a cooperative activity for development between two or more developing countries. It is initiated, organized, managed and principally financed by developing countries themselves.*” (UNDP, 1998:04). O PNUD foi designado como órgão responsável pela coordenação das atividades de CTPD no âmbito das Nações Unidas.

A Cooperação Técnica Internacional surgiu durante a II Guerra Mundial como resultado do programa de reconstrução, para atender aos países em crise por causa da guerra. De início, a CTI orientava-se unicamente à Europa e, em menor grau, à Ásia, buscando a reconstrução das nações. A América Latina veio a lograr dos benefícios oferecidos pela cooperação técnica no pós-guerra devido ao fato de ter apoiado os Estados Unidos durante o conflito.

Em decorrência da Resolução n.º 200 da Assembléia Geral das Nações Unidas, que a assistência alimentar, cooperação técnica e financeira constituíram-se nas três formas clássicas de cooperação para o desenvolvimento. Além de delinear as formas clássicas de cooperação, a Resolução menciona as formas usuais de cooperação: treinamento de recursos humanos; envio de peritos; consultoria especializada e doação de equipamentos ao órgão receptor da cooperação. A doação de materiais faz-se necessária, em determinadas situações, para que na realização dos trabalhos posteriores, a instituição receptora possa aproveitar a transferência do conhecimento da forma mais proveitosa possível.

Durante a década de 50, a cooperação internacional constituiu-se, de maneira geral, em assistência financeira aos países em desenvolvimento. A dita assistência representava um importante vínculo entre as nações desenvolvidas e as periféricas, numa troca de interesses que, nem sempre eram convergentes. Desta forma, a cooperação tornou-se um instrumento de política externa das grandes potências para a transferência de tecnologias que elas julgassem conveniente.

O arsenal militar, após a guerra, definiu o jogo de poder internacional, fazendo com que o tema segurança se destacasse dos demais. Os países latino-americanos, dependentes da aquisição de capital e tecnologia, viram-se excluídos do cenário internacional. Estes países falharam por não criarem condições internas favoráveis para o desenvolvimento de tecnologias, não investindo, ou melhor, despendendo poucos recursos para tanto. Na verdade, o próprio cenário internacional da época contribuiu para essa situação. Analisando a história do Japão, percebe-se que foi adotada uma política de investimento e de melhoria, pautando seu desenvolvimento em métodos que garantissem a manutenção de sua independência e soberania, principalmente as formas relacionadas à tecnologia e ao controle majoritário do capital de suas estruturas produtivas.

Na visão de Santos:

“Atividade tecnológica é fruto da estratégia sócio-política adotada por uma nação. Deve-se compreender que a função da tecnologia não é meramente técnica. A escolha de uma tecnologia reflete a opção por determinado padrão de consumo da sociedade, envolvendo a forma de utilização da mão-de-obra, o perfil de investimento, a utilização da matéria-prima, pesquisa científica, entre outros. É por essa razão que, muitas vezes, a adoção de uma tecnologia externa, sem as necessárias adaptações, termina por gerar a ineficiência e o equacionamento desarmônico dos fatores internos, tendo em vista que sua escolha deveu-se a um contexto sócio-político distinto” (Santos, 1994:36).

A questão tecnológica deve ser abordada levando-se em consideração os demais aspectos que influem na economia nacional, uma vez que cada um desses aspectos tem ligações de causa e efeito com os demais.

A cooperação internacional na América Latina seguiu a forma acima descrita até meados dos anos 70, quando os governos começaram a despertar para a necessidade de mudança desse quadro. A crise mundial do petróleo dos anos 70 levou os governos dos países periféricos a um expressivo endividamento externo, dificultando seu crescimento. A partir daí, os países em desenvolvimento, entre eles o Brasil, viram-se diante da incapacidade de criar um acervo de conhecimentos técnicos que viabilizassem seu

crescimento. Tal situação prejudicou enormemente as empresas nacionais que não tinham como concorrer com as corporações transnacionais.

A modificação do quadro foi lenta. Atualmente, os países em desenvolvimento vêm buscando a aplicação da CTI não mais com a visão tradicional de aquisição de pacotes tecnológicos, mas envolvendo o processo de transferência de conhecimentos para o desenvolvimento de know how. O processo de cooperação técnica terá obtido êxito quando a instituição recipiendária estiver plenamente apta a continuar atuando de forma autônoma.

III.2. COOPERAÇÃO NORTE-SUL: ENTRE A RETÓRICA E A REALIDADE

No pós-guerra, os analistas da política internacional previram um futuro conflituoso para as relações internacionais entre o Norte e o Sul em torno de uma Nova Ordem Econômica Internacional. Muitos deles declararam que a tensão entre os países ricos e pobres era inevitável nas próximas décadas, enquanto outros acreditavam que “sem confronto” não poderia haver diálogo. Na verdade, a situação que passou a reger as relações Norte-Sul foi uma posição de verdadeiro impasse. A reação do Norte aos anseios do Sul foi notavelmente de completa inércia. A mais óbvia das explicações reside no fato de ser a situação vigente a mais vantajosa para os países desenvolvidos, pois desfrutavam do maior poder político e dos melhores benefícios econômicos do sistema internacional. Para eles, este ainda é o melhor dos mundos possíveis e, por isso, a inércia torna-se a melhor das políticas.

Sem possuir instrumentos mais pragmáticos de barganha, além de uma postura política previsível, os países em desenvolvimento pouco puderam fazer para minimizar a posição de imobilidade e insensatez dos países ricos. Essa “política de imobilidade” e a frustração têm sido as características mais presentes no desenrolar das relações Norte-Sul.

A resistência do Sul em relação à reestruturação da ordem econômica emanada desde o final da Segunda Guerra Mundial e as atividades desenvolvidas pelo Norte com o objetivo de “conduzir” o Terceiro Mundo a um desenvolvimento econômico mais amplo, notoriamente por meio de instituições especializadas oriundas de *Bretton Woods*, foram uma das causas do impasse entre as regiões.

Os países periféricos, ansiosos por mudanças rápidas, alegavam que a presente ordem, instituída em um período quando muitas nações do Terceiro Mundo ainda eram colônias, propagava um tipo de crescimento seletivo que os exploram em benefício dos países desenvolvidos. Observa-se que, desde então, o hiato que separa os países ricos e pobres continua a aumentar.

De imediato, pode-se imaginar que o debate Norte-Sul é caracterizado unicamente por divergências de interesses e de posição, mas, na verdade, existem áreas em que ambas as partes concordam, ou concordam pelo menos em parte. É o caso da elaboração de um modelo de transferência de tecnologias mais direcionado para as necessidades do Sul.

Os obstáculos ao diálogo sempre estiveram presentes nas tentativas de resolução de problemas tipicamente realistas. Propostas e recomendações oriundas dos países subdesenvolvidos que são calcadas nesta premissa são mais prováveis de serem implementadas, caso venham a ser discutidas.

Em matéria de consenso, os próprios países do Sul estão longe de formar uma unidade homogênea, principalmente no que tange a assuntos econômicos. Este fato faz jus à regra, pois o que o Sul almeja com a nova ordem, almeja também o Norte: poder.

Ressalta-se que, acontecimentos políticos podem reorientar a dinâmica das relações internacionais. Foi o que ocorreu durante a crise do petróleo no início da década de 70. O embargo do produto para certos mercados ocidentais e eventuais aumento do preço, propiciou ao Sul um ambiente favorável para uma luta diplomática por reformas. O petróleo passou, deste então, a ser utilizado como uma arma política. As ações dos países árabes em relação ao preço do petróleo ficaram na história como verdadeiros marcos de como os asiáticos e africanos descobriram seu próprio potencial contra o poderio ocidental.

As estratégias dos países árabes e da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) criaram a noção de que um produto primário, possuído por alguns países da esfera Sul, poderia ser [e foi] utilizado com o propósito de melhorar a posição destes países no cenário mundial.

Para o Norte, ainda não plenamente refeito da crise petrolífera, a súbita mudança na cena internacional e na pauta de discussões internacionais, vieram como uma surpresa. A reação imediata do Norte foi opor-se às propostas do Sul e incorporar outros temas para debate.

A tentativa dos países industrializados em abordar outros tópicos para discussão não foi muito bem sucedida. Os países do Sul importadores de petróleo, que sofreram sérios danos econômicos com as ações da OPEP, buscavam saídas rápidas para o caos financeiro, tornando-se os mais veementes opositores da Nova Ordem Internacional instaurada no pós-guerra.

Em 1975, durante a Sétima Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas, o então Secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, explicitou que os EUA estavam dispostos a mudar seu posicionamento inicial de confronto para um de cooperação, e estaria disposto também a considerar as necessidades dos países em desenvolvimento. Kissinger enfatizou:

“Os Estados Unidos têm um compromisso com o esforço construtivo e a ação prática, mas todas as nações devem conciliar seus objetivos divergentes, ou seja, as reivindicações dos países em desenvolvimento por uma fatia justa da prosperidade global e um papel maior no seu próprio destino econômico e as reivindicações dos países desenvolvidos por fornecimentos assegurados de energia e matéria-prima a preços justos. A cooperação se faz necessária, uma vez que estes objetivos não podem ser alcançados isoladamente” (Kissinger, 1975).

O contexto internacional em que Kissinger discursou deixa claro que, para o florescimento da cooperação entre os atores se faz necessário o surgimento de um problema entre eles para que, conjuntamente, tal impasse seja resolvido.

É importante salientar, para melhor compreensão deste trabalho, que é do interesse do Norte cooperar com o Sul, e é claro que os países do Norte se dizem dispostos a isso, contanto que seja nos seus termos. Termos que, na visão do Sul, simplesmente perpetuam os *status quo*. Só que os termos do Sul, em contrapartida, não podem ser aceitos pelo Norte, e assim nasce o impasse. Impasse que tem solução. E a solução está na cooperação.

AS BASES PARA A COOPERAÇÃO TÉCNICA NIPO-BRASILEIRA

IV.1. IMIGRAÇÃO JAPONESA PARA O BRASIL: MARCO HISTÓRICO DAS RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Nos pouco mais de cem anos transcorridos entre o fim das guerras napoleônicas e as três primeiras décadas do século XX, registrou-se no mundo um movimento migratório internacional sem precedentes na história moderna. Embora oscilem estimativas, particularmente em razão da precariedade dos registros na primeira metade do século XIX, calcula-se que entre 70 e 75 milhões de pessoas tenham abandonado voluntariamente seus países de origem em direção a outras terras. Esse gigantesco movimento humano deveu-se essencialmente ao maciço deslocamento de europeus para o Continente Americano, no que se convencionou denominar a Grande Migração Atlântica. Se a ela se somarem as correntes menos expressivas da própria Europa para outros pontos do globo (África e Oceania), terão os europeus respondido por algo em torno de 85% do movimento migratório mundial naquele período. À Ásia, bem mais populosa que a Europa, coube parcela residual no fenômeno, sobretudo se excluídos dos cálculos os emigrantes chineses que se dirigiram à Manchúria (Leão, 1990:07).

A Revolução Meiji⁹, de 1868, finalizou o Shogunato Tokugawa (1603-1867)¹⁰. O Japão, então, deixou de ser um Estado feudal e passou a ser um Estado em rápido

⁹ “A Revolução Meiji deu origem a Era Meiji no Japão, que teve início em 1868 com Meiji Tenno (1852-1912) – Mutsuhito para os ocidentais – é marcada pela supressão do feudalismo através de uma série de mudanças que visavam adotar técnicas da Revolução Industrial. Entre as mudanças mais importantes temos: a extinção dos feudos e dos privilégios pessoais através da reforma agrária e da reformulação da legislação do imposto territorial rural; criação de universidades; formação de um gabinete parlamentar (1885); e a promulgação da constituição (1889), que instaurou a monarquia constitucional. Os partidários do antigo regime rebelaram-se (1874-1877) contra a perda de poder, o que exigiu grandes gastos militares. A conseqüente situação de inflação e a política deflacionária adotada pelo governo caracterizaram um período de crise no Japão, em especial no setor rural. Uma das soluções adotadas foi a emigração.”, cf. **Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**. Disponível em: <<http://www.comciencia.br>> Acesso em: 06 maio 2003.

¹⁰ “O trabalho de pacificação e unificação foi consolidado por Tokugawa Ieyasu, fundador do Shogunato Tokugawa. Foi durante esse período transitório de guerras civis que foram construídos muitos dos mais famosos castelos do Japão. Após ter se estabelecido como governante efetivo de todo o Japão, Ieyasu fundou seu Shogunato em Edo, como Tóquio era conhecida na época, em 1603. Foi uma virada decisiva na história japonesa. Ieyasu criou o modelo pelo qual foram moldadas todas as facetas da vida da nação, em especial suas instituições políticas e sociais, pelos

processo de modernização. A economia, baseada quase que exclusivamente na agricultura, tornou-se manufatureira e industrial, o que levou muitos camponeses ao abandono do campo em direção às cidades. Com o súbito crescimento da população, a situação socioeconômica fez da emigração uma necessidade.

Com o fim do período Tokugawa, o Japão adotou novas formas de abertura econômica e política, passando a firmar tratados de comércio com diversas nações, dentre elas o Brasil que, em 1895 assinou com o governo japonês o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação (vide Anexo I). O intercâmbio de relações refletiu-se diretamente sobre o movimento migratório.

Os primeiros fluxos migratórios significativos de emigração nipônica iniciaram-se, somente, a partir do século XIX. Até então, o isolamento imposto pelo Shogunato impedira a saída de emigrantes e, mesmo no início da Restauração Meiji, o governo japonês exercera rigoroso controle sobre o movimento de indivíduos para o exterior. Com o agravamento da situação econômica no campo e o aumento da pressão populacional, pareceu necessário abrir alternativas externas de trabalho aos japoneses.

Em 1908, principiou-se a imigração oficial japonesa para o Brasil com a chegada dos primeiros imigrantes ao porto de Santos. A partir de então, 234.000 imigrantes se fixaram em todas as partes do país, sobretudo nos Estados de São Paulo e Paraná (Sakurai, 1998:03).

O período entre 1908 até a II Guerra Mundial tem um peso singular na construção da identidade dos imigrantes japoneses no Brasil. A “aceitação” da presença japonesa no país se concretiza primordialmente por meio do desenvolvimento da agricultura, em especial, em São Paulo.

próximos 265 anos. Como meio de preservar a integridade da estrutura político-social que Ieyasu construiu, o Shogunato Tokugawa tomou a drástica medida de virtualmente fechar as portas do Japão para o mundo exterior em 1639. Os primeiros ocidentais haviam chegado às costas do Japão no século anterior, durante o período Muromachi (...) a chegada dos europeus exerceu uma profunda influência no Japão. Os missionários converteram muitas pessoas, em particular no sul do Japão. O Shogunato compreendeu que o cristianismo poderia ser um poder potencialmente tão explosivo quanto as armas de fogo que o acompanharam. No final, o cristianismo foi proscrito e o Shogunato Tokugawa impediu a entrada de todos os estrangeiros, à exceção de uns poucos comerciantes holandeses confinados na pequena ilha Dejima, na baía de Nagasaki, alguns chineses que viviam em Nagasaki e ocasionais enviados reais na dinastia Lee, da Coréia. Durante dois séculos e meio essas pessoas foram o único contato entre o Japão e o mundo exterior. Foi através dos comerciantes de Dejima que os sábios japoneses puderam adquirir um conhecimento básico sobre a medicina ocidental e outras ciências, durante o longo período de isolamento do país.”, cf. THE INTERNATIONAL SOCIETY FOR EDUCATIONAL INFORMATION, Inc. **O Japão de Hoje**. Tóquio, 1990, p. 08.

A imigração japonesa se diferenciou substancialmente das outras que escolheram o Brasil como destino, por se organizar sobre uma cadeia de relações esboçada pela estrutura estatal japonesa até a chegada dos imigrantes no Brasil. O governo japonês teve um papel político fundamental no assentamento desses imigrantes, facilitando o êxito do processo de emigração.

Na Era Meiji, quando se iniciou o processo de modernização do país, o governo japonês adotou uma política de envio de trabalhadores para inúmeras partes do mundo, de imediato para a Ásia e Oceania e, mais tarde para as Américas. O inchaço populacional foi um dos motivos que levaram o governo nipônico a induzir a saída de nacionais.

O crescimento demográfico do Japão intensificou-se em decorrência da melhoria da qualidade de vida da população japonesa. Para conter o problema do crescimento populacional e oferecer melhores condições de vida para a população, o governo empreendeu uma “política de expulsão”, incentivando a emigração e o trabalho temporário no exterior. A imigração japonesa para o Brasil foi parte desta política.

Um outro fator para o estímulo à emigração abrangeu a ordem internacional. O processo de inserção tardia do Japão na economia mundial foi compensado pelo planejamento e empreendimento de uma política industrial intensiva que visava colocar o país em uma situação de competição com as grandes potências globais.

Os primeiros diálogos entre o governo japonês e o governo brasileiro para o envio de imigrantes japoneses iniciaram-se no final do século XIX, no mesmo período em que foi consolidada as relações diplomáticas entre os dois países. A imigração japonesa para o Brasil foi abordada com maior persistência no momento em que a economia cafeeira passa a necessitar de mais mão-de-obra.

O sistema de cooperação bilateral entre os dois países foi moldado pela diplomacia, tanto brasileira quanto japonesa, por meio do estabelecimento de uma cooperação inicial, por acordo migratório de um contingente de população japonesa para apoio à agricultura brasileira em ascendência.

A situação política brasileira da época, com o advento do regime republicano, não sofreu alterações substanciais. A economia, baseada na produção de matérias-primas e gêneros tropicais destinados à exportação, estava sujeita a oscilações do mercado internacional. Os principais produtos agrícolas de exportação sofriam concorrência de outros países. Assim, as exportações brasileiras concentraram-se no café.

O café foi o grande líder das exportações brasileiras durante toda a República Velha (1889-1930). Representou, quase sempre, mais de 50% das exportações. Sem grandes concorrentes no plano internacional, o Brasil chegou a atender dois terços do consumo mundial de café (Cotrim, 1997:372).

A promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, em 1850, que extinguiu o tráfico de escravos, e o fim da escravatura, impulsionaram o desencadeamento da imigração em massa para o Brasil. A abolição do trabalho escravo atuou como um fator de estímulo a imigração estrangeira, sobretudo européia, na medida em que projetou em países europeus imagem menos negativa das condições de trabalho no Brasil.

Nos anos que antecederam à entrada de imigrantes japoneses no Brasil, ocorreram inúmeras restrições a imigração para os Estados Unidos e Canadá. O Brasil foi, na ocasião, visto pelo governo japonês como um país alternativo à imigração de seus cidadãos. A proibição definitiva das entradas nos Estados Unidos em 1924, evidenciou o Brasil como destino. Até então, os EUA eram o principal destino dos imigrantes japoneses. Nas Américas, o Canadá, o Peru, o México seguiram o mesmo exemplo estadunidense. A propósito, Kunitomo assinala:

“(...) many Latin American countries banned the entry of the Japanese on racial grounds from the very beginning. Uruguay introduced restrictions as early as 1890 and Costa Rica did so in 1896. In the twentieth century, more countries followed this tendency: Cuba in 1902, Paraguay in 1903, Guatemala in 1909 and Venezuela in 1912. The Japanese labourers in Peru and Mexico were often accused of disorderly and disruptive conduct (...) In 1907 the US Congress passed a new immigration law, under which Japanese immigrants in Hawaii were barred from moving to the mainland. By 1908 Japanese immigration had

been either prohibited or restricted in most Anglo-Saxon countries” (Kunimoto, 1993:105).

O panorama pouco promissor para a saída de japoneses fez com que o Japão dialogasse com a diplomacia brasileira para a abertura da corrente migratória em direção ao país. O Brasil foi um dos poucos destinos alternativos para os japoneses, sobretudo por ser o maior produtor de café do mundo, conforme mencionado anteriormente.

O empenho japonês em relação ao Brasil não se deve somente à exclusão sofrida em outros países. A grande quantidade e qualidade de terras foi uma grande atração. Além de São Paulo e Paraná, a Amazônia foi uma opção buscada como destino. Ressalta-se que, a Amazônia continua, desde então, como um dos focos de interesse japonês no país.

O período de imigração japonesa para solo brasileiro beneficiou não somente o Japão mas, também, o Brasil que via na ligação uma possibilidade de abertura de mercados para o café na Ásia.

Observa-se que a imigração japonesa sofreu sérias pressões de ordem racial por parte da população brasileira, principalmente pela elite da recém proclamada República em 1889 que, em sua maioria, não aprovava a entrada de amarelos no país.

Ao chegar ao Brasil, a reação dos japoneses foi de total estranhamento. O clima, a língua, a religião, a alimentação e, sobretudo, as condições de trabalho no campo geraram nesses imigrantes uma grande desilusão. No entanto, o desejo de retorno ao Japão motivou as famílias a trabalharem com afinco, apesar dos ganhos irrisórios iniciais.

A partir de 1917, o governo nipônico coordenou a fusão de diversas empresas particulares de emigração até então existentes e fundou a empresa *Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha*, a famosa K.K.K.K., que passou a subsidiar as passagens dos emigrantes. Tendo em vista a impossibilidade da entrada de imigrantes nos Estados Unidos, os subsídios passaram a ser destinados aos que queriam vir para o Brasil. Com isso, percebe-se que entre 1928 a 1935 foram os anos dourados da imigração japonesa

para o Brasil, representando o mais importante período do processo migratório. Foi neste período que se registrou o maior fluxo de imigrantes japoneses no país, ocasionado pelo aumento dos benefícios oferecidos pelo Japão aos seus emigrantes.

TABELA 1
ENTRADA DE IMIGRANTES NO BRASIL
1872-1972

Período	Portugal	Itália	Espanha	Alemanha	Japão	Outros	Total
1872-1879	5.027	45.467	3.392	14.325	-	58.126	176.337
1880-1889	104.690	277.124	30.066	18.901	-	17.841	448.622
1890-1899	219.353	690.365	164.293	17.084	-	107.232	1.198.327
1900-1909	195.586	221.394	113.232	13.848	861	7.486	622.407
1910-1919	318.481	138.168	181.651	25.902	27.432	123.819	815.453
1920-1929	301.195	106.835	81.931	75.801	58.284	221.881	846.647
1930-1939	102.743	12.170	2.746	27.497	99.222	68.390	332.768
1940-1949	45.604	15.819	4.702	6.807	2.828	38.325	114.085
1950-1959	241.579	91.931	94.693	16.643	33.593	104.629	583.068
1960-1969	74.129	12.414	28.397	5.659	25.092	51.896	197.587
1970-1972	3.073	804	949	1.050	695	9.017	15.588
1872-1972	1.662.180	1.622.491	716.052	223.517	248.007	878.642	5.530.889

Fonte: LEVY, M. S. “O Papel da Migração Internacional na Evolução da População Brasileira: 1872-1972.” Revista de Saúde Pública. n.º 08. 1974, in REIS, Maria. **Brasileiros no Japão. O elo humano das relações bilaterais.** Masato Ninomiya (Org.), 2001, p. 37.

A redução significativa de imigrantes nipônicos no Brasil, a partir de 1935, foi ocasionada pela aprovação de uma medida na Constituição brasileira de 1934, que limitou a imigração japonesa a 2% da média dos 50 anos anteriores, prejudicando o processo migratório japonês que estava em seu ápice. A ruptura das relações diplomáticas entre os dois países, provocada pela Segunda Guerra Mundial, cessou o fluxo migratório entre o Brasil e o Japão. Ressalta-se que o rompimento das relações nipo-brasileiras não foi provocado por agressão mútua, como no caso teuto-brasileiro, mas pela via indireta de os EUA já estarem em guerra com os japoneses e o Brasil se situar na área de influência de Washington (Amorim, 1991:11).

No final da década de 50, a rota Brasil-Japão passou a se diversificar. Começaram a chegar as primeiras empresas japonesas e o comércio de produtos primários se intensificou. Em 1957 foi inaugurado o complexo industrial de Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (USIMINAS), construído graças aos investimentos governamentais e privados, tanto brasileiros como japoneses. Ainda nesse contexto, presenciou-se em 1959, a inauguração da *Ishikawajima* do Brasil Estaleiros S.A. (ISHIBRAS), no Rio de Janeiro.

Na abordagem de Bijos:

“Os investimentos japoneses no Brasil tiveram início na década de 50, durante o Governo de Juscelino Kubitschek, com o Plano de Metas, quando empresas multinacionais japonesas vieram instalar-se no país. A imigração foi, de certa forma, retomada, importando-se tecnologia japonesa, principalmente direcionada à produtividade agrícola, num processo de cooperação internacional.

O Governo de Juscelino Kubitschek impulsionou o desenvolvimento pela tomada da política de substituição de bens e produtos importados, tendo como marco principal a implantação da indústria automobilística e das indústrias de infraestrutura e de base. O Programa de Metas do Governo Brasileiro obteve, como resultado, um forte incremento da capacidade nacional de formação de capital, no que tange à importação de bens de produção” (Bijos, 1994:42).

Após os anos 50, notou-se um aumento do interesse do empresariado japonês pelo Brasil. Calcula-se, segundo Ninomiya (2000:03), que na segunda metade da década de 70, mais de 500 empresas japonesas de diferentes setores abriram subsidiárias, representações ou escritórios no Brasil. Foi uma década muito produtiva com a realização de grandes projetos nacionais, associando investimentos brasileiros e japoneses, governamentais e privados. De acordo com o mesmo autor “esse ‘Brasil boom’ sofreu uma queda brusca quando o Brasil efetuou a centralização de câmbio através do Banco Central em meados de 1983, uma declaração de fato, da moratória” (Ninomiya, 2000:03).

A imigração nipônica foi se reduzindo em processo inverso à prosperidade japonesa. Os números vão diminuindo consideravelmente até chegar a casa de unidades na década de 80. Durante esta década, assistiu-se, por um lado, ao resfriamento das relações econômicas bilaterais entre o Brasil e o Japão, por outro, ao florescimento de um fato distinto: “o fenômeno *dekassegui*”¹¹. Os filhos e netos de imigrantes japoneses

¹¹ *Dekassegui*, neologismo formado a partir dos ideogramas japoneses que expressam as formas infinitivas dos verbos *deru* (sair) e *kassegui* (trabalhar). A expressão é utilizada no Japão desde os tempos feudais, quando camponeses migravam internamente, de uma região para outra, em busca de trabalho temporário. Nos dias de hoje, o termo ainda é usado para designar os agricultores da região norte de Hokkaido que, impedidos de trabalhar em virtude do rigoroso inverno, deslocam-se para as cidades em busca de outra ocupação. Neste trabalho, o referido

passaram a fazer o caminho inverso de seus antepassados, deixando o Brasil por emprego em companhias japonesas. O iene forte e o elevado nível de vida da população japonesa foram os atrativos que impulsionaram os descendentes nipônicos a deixar o país.

Tanto a imigração japonesa para o Brasil como a brasileira para o Japão tiveram, como uma das principais fontes propulsoras, razões de ordem econômica. Tais motivações, no que tange a parte brasileira, são assim analisadas por Fuzii:

“(...) em meio às crises sucessivas de toda ordem pelas quais passou o país, o Plano Collor que mexeu com os ativos financeiros dos cidadãos brasileiros, da esperança passou-se à desesperança do povo. Isto veio impulsionar de forma intensa a migração dos nikkeis brasileiros para a terra de seus ancestrais. Esse direcionamento foi favorecido pelo momento histórico que vive o Japão, que após rápidas e profundas transformações estruturais no país depois da 2ª Guerra Mundial, alçou-se à grande potência apresentando demanda de emprego, tranqüila e atraente condição de vida à sua população” (Fuzii, 1992:162).

Mas será que os *dekasseguis* estão simplesmente reproduzindo a trajetória de seus antepassados? À primeira vista pode parecer que sim, no entanto, existe um enorme hiato entre os dois fluxos migratórios. Os *nikkeis*¹² que rumam em busca de melhores condições econômicas no Japão são, em geral, pessoas economicamente ativas de classe média urbana. Mesmo indo exercer trabalhos que não exigem “conhecimentos refinados”, os *nikkeis*, em geral, possuem um bom grau de escolaridade, algo muito diferente dos imigrantes japoneses da primeira metade do século, que eram, em sua maioria, agricultores em seu país de origem. Além disso, o Brasil, no auge da imigração nipônica, era um país buscando sair do subdesenvolvimento, uma situação completamente diferente da que vive o Japão hoje.

termo é abordado como sendo os descendentes de imigrantes japoneses que deslocam-se para o Japão com o intuito de adquirir poupança.

¹² Elucida-se que *nikkei* é o conjunto de toda uma geração de japoneses, seja *nissei* (filho de japonês), *sansei* (filho de nissei) ou *issei* (filho de sansei). É, em sentido mais amplo, utilizado para definir empresas japonesas no exterior. O termo é aqui empregado para denominar os imigrantes e seus descendentes.

Sem pretender afirmar que a história se repete, é certo que os imigrantes japoneses de 1908 foram os primeiros *dekasseguis* no eixo Brasil-Japão que, na busca por dias melhores, almejavam retornar ao Japão depois de fazer considerável fortuna.

Restabelecida a corrente migratória Brasil-Japão, agora em sentido inverso ao que se presenciou durante a maior parte do século, encontram-se, até o ano de 2002, 260.000 brasileiros residentes no Japão.¹³ A propósito, cabe refletir sobre as seguintes palavras do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso:

*“Em 1998, comemoramos os noventa anos da imigração japonesa e os mais de dez do início do fluxo de brasileiros ao Japão. Essa dimensão humana é pedra de toque no relacionamento nipo-brasileiro. Contribui, de forma especial, para a consolidação da nossa parceria nos campos político, econômico, comercial e de cooperação técnica, científica e tecnológica, ao mesmo tempo em que nos inspira novos desafios e conquistas.”*¹⁴

Em 1993, a Agência de Cooperação Internacional do Governo do Japão (JICA) anunciou o encerramento da emigração oficial. Atualmente, tornou-se raro a emigração de cidadãos japoneses, com exceção dos que buscam, temporariamente, em outros países, avançar em estudos específicos, seja para o domínio de línguas ou, simplesmente, para adquirir vivência internacional.

¹³ Consulado Geral do Japão no Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.japao-rio.org.br>> Acesso em: 06 maio 2003.

¹⁴ Entrevista do então presidente Fernando Henrique Cardoso, publicada na Revista *Brazil Now*, em edição especial lançada no marco das celebrações da visita ao Brasil do Casal Imperial japonês, junho de 1997, in: REIS, Maria. Op. cit., p. 202.

IV.2. AS RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL-JAPÃO

As relações entre o Brasil e o Japão possuem um importante fator que transcende o cálculo frio do poder nas relações internacionais. É o fator humano, um elemento marcante que direcionou o relacionamento entre os dois países, desde a assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação até os dias atuais. Neste contexto, o Presidente Fernando Henrique Cardoso discursou, durante sua visita oficial ao Japão, em março 1996, perante a Dieta japonesa:

“São cem anos de amizade, construída não apenas sobre a base de negócios, investimentos e cooperação entre dois grandes países, mas sobretudo a partir do elo criado pela imigração, que uniu indissoluvelmente duas nações.

Poucos Estados no mundo podem orgulhar-se de basear suas relações sobre tamanho patrimônio humano. Poucos Estados no mundo podem congratular-se como nós pela forma feliz e perene com que encurtaram as enormes distâncias geográficas, históricas e culturais que os separavam.”¹⁵

Fazendo um breve retrospecto, até 1894 o relacionamento entre Brasil e Japão foi praticamente inexistente. Em termos políticos, para o Brasil, a esfera de ação englobava a região do Prata e Europa. O Japão restringia seu círculo ao Pacífico. Tal posicionamento somente foi alterado a partir da Revolução Meiji, que remodelou a diplomacia japonesa.

Conforme mencionado anteriormente, ocorreu uma ampliação da área de interesse japonês após 1868. O Brasil passou a fazer parte dessa tendência no momento em que a demanda por mão-de-obra para a agricultura brasileira, em especial para a cafeicultura, acentuou-se. Foi, sob esse aspecto, que se incrementou o relacionamento bilateral entre os dois países.

¹⁵ Discurso do Presidente Fernando Henrique Cardoso perante a Dieta japonesa em 14/03/1996, in: MRE. **Visita de Estado do Presidente Fernando Henrique Cardoso ao Japão**. Maço de Acompanhamento de Compromissos, 1996, p. 42.

Na acepção de Amorim (1991:11), até a II Guerra o fator relevante no relacionamento bilateral Brasil-Japão foi o sócio-cultural, presente no fluxo migratório japonês para o Brasil; o fator econômico era residual, proveniente basicamente da existência da “colônia” nipônica, e o político-estratégico continuava apresentando esferas de ação que não se superpunham.

A Segunda Guerra foi, sem dúvida, um divisor de águas no relacionamento entre os dois países. Se até a Guerra a relação sócio-cultural foi de maior relevância, a partir do reatamento diplomático em 1952, a economia adquiriu importante papel.

O pós-guerra apresentou para o Japão um panorama de desorganização econômica, com a hiperinflação (até 1949) e a recessão (até 1951) inibindo qualquer projeto de expansão ultramarina. No entanto, a Guerra da Coreia propiciou um novo alento para a produção japonesa, na medida em que participou em boa proporção nos suprimentos para as forças dos EUA em conflito, sob a égide das Nações Unidas. A retomada do crescimento econômico, consolidada a partir de meados da década de 50, colocou certos dilemas no relacionamento externo japonês, sendo o maior deles a relutância de diversos países em reatarem laços econômicos intensos com o Japão, devido às lembranças do imperialismo japonês até a II Guerra (Amorim, 1991:12).

O Plano de Metas¹⁶ do Governo de Juscelino Kubitschek nos anos 50 impulsionou a entrada de investimentos estrangeiros direto (IED) no país, favorecendo empreendimentos japoneses no Brasil. Nesse sentido, percebeu-se uma convergência de interesses entre o Estado japonês e brasileiro, que se mostrou benéfica para o crescimento de *joint-ventures* nipo-brasileiras.

Ao longo do pós-guerra, o Brasil tornou-se um dos principais parceiros do Japão em todo o mundo. O motor propulsor desse relacionamento foi a complementaridade entre as duas economias, tanto em termos comerciais quanto de investimentos.¹⁷ O Brasil podia fornecer matérias-primas e produtos agrícolas, enquanto o Japão tinha condições e interesse em oferecer vários insumos industriais básicos e bens de capital.

¹⁶ Minucioso programa de governo que priorizava cinco setores estratégicos: energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação.

¹⁷ É importante salientar que o relacionamento Brasil-Japão tem nos investimentos e no comércio uma de suas principais vertentes. Para informações complementares sobre investimentos e comércio, no contexto da política externa do governo japonês, veja: JICA. **Directions for Cooperation in Institutional Development in Developing Countries (Trade, Investment, and Competition Related Institutions)**. Tokyo, 2003.

Constata-se, que nos anos cinquenta, o Brasil contou com a cooperação japonesa para a construção da USIMINAS¹⁸, o mais importante projeto nacional na área siderúrgica, que se constituiu no primeiro e mais importante investimento do Japão no período de sua reconstrução no pós-guerra. Na concepção de Torres (1992:321), “a USIMINAS foi, ao lado dos projetos de celulose no Alasca e de petróleo na Arábia, um dos três ‘projetos nacionais no exterior’ do Japão, na década de cinquenta, implementados com grande apoio do governo japonês, para demonstrar a tecnologia japonesa e para provar o renascimento do sucesso industrial do período do pós-guerra”. Deste empreendimento, somaram-se ações que culminaram com a instalação, no Rio de Janeiro, da *Ishikawajima* do Brasil (ISHIBRAS), impulsionando a indústria naval brasileira. Após estes vultosos investimentos, começaram a atuar no país importantes *trading companies (sogo shosha)* japonesas.

O grande número de investimentos ocorridos durante a gestão de Juscelino Kubitschek foi interrompido durante a década de sessenta. A ascensão e renúncia de Jânio Quadros à presidência da República em 1961, as oposições para a posse de João Goulart, as grandes manifestações sindicais e populares não agradaram aos investidores internacionais. Em decorrência da instabilidade política e econômica do Brasil, o relacionamento bilateral com o Japão foi marcado pela estagnação.

Já nos anos setenta, a situação se alterou rapidamente. Cotrim, em um breve balanço socioeconômico da Ditadura Militar (1964 a 1985), comentou:

“As empresas multinacionais ampliaram sua atuação no mercado brasileiro, concentrando seus capitais nos setores mais importantes da economia: indústria farmacêutica, automobilística e eletroeletrônica, distribuição de petróleo, produção de metais, máquinas de equipamentos pesados etc. O conjunto dessas empresas é responsável por fabulosa remessa de lucros a suas matrizes no exterior” (Cotrim, 1997:485).

¹⁸ “A participação no projeto USIMINAS possibilitou ao Japão mostrar ao resto do mundo seu alto nível técnico, numa associação estratégica entre uma potência asiática e um gigante latino-americano emergentes. Ao mesmo tempo, o interesse manifestado pelas autoridades mineiras encontrou eco entre parlamentares daquele mesmo estado que executaram um bem-sucedido plano de ação voltado tanto para o convencimento do governo federal quanto dos empresários nipônicos, numa iniciativa que, como reforço ao milagre japonês, marcou uma inflexão significativa nos investimentos de capital japonês para as indústrias pesadas.” AIDA, Márcia. “*Relações Brasil-Japão*”, in **As Grandes Questões Diplomáticas para o Brasil no Mundo Pós-Guerra**. Brasília: FUNAG. Caderno do IPRI n.º 12. 1994, p. 35.

Nesta década, ocorreu uma diversificação da pauta bilateral entre Brasil-Japão, o que permitiu a inclusão de projetos na área de celulose, com a construção da Celulose Nipo-Brasileira S.A. (CENIBRA) e no campo da agricultura e produção de alimentos, com a implantação do Projeto de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados (PRODECER), fazendo com que o restabelecimento dos grandes investimentos japoneses no país alcançasse seu apogeu.

Com o advento da primeira crise do petróleo, que abalou o sistema financeiro internacional, os países foram forçados a reformular suas políticas energéticas e adotar fontes alternativas de energia. Tanto o Brasil quanto o Japão estavam, à época, sofrendo os efeitos devastadores do choque do petróleo, contudo, viam no desenvolvimento de projetos comuns de investimento uma opção para tentar superar os malefícios impostos pela crise internacional.

Em decorrência do choque do petróleo, os japoneses decidiram reduzir a capacidade de produção interna em “indústrias estruturalmente deprimidas”, ampliando importações, e diversificando suas fontes de suprimentos agrícolas. Naquele momento, o Brasil, juntamente com a Austrália e o Canadá, foi considerado um exportador confiável e economicamente viável de insumos industriais básicos. Todos os três são países continentais, com vantagens externas absolutas em vários mercados primários, e não apresentavam ressentimentos antinipônicos da mesma intensidade que os potenciais parceiros comerciais do Japão na Ásia (Torres, 1992:322).

O Brasil era, portanto, visto pelo Japão como um forte candidato a abastecer e suprir seus mercados com produtos de uso generalizado, como aço, alumínio e produtos agrícolas de forma geral. Na acepção de Torres:

“A exploração do potencial agrícola brasileiro também fazia parte da estratégia de reduzir a dependência do Japão com relação às exportações norte-americanas de alimentos. A soja é um exemplo clássico desta iniciativa. O Projeto Cerrado foi iniciado em 1974, com recursos do governo japonês, com o objetivo de desenvolver uma tecnologia de produção adequada ao cerrado brasileiro. Como resultado, o Brasil se tornou, ao longo da década de setenta,

concorrente direto da soja norte-americana no mercado japonês. (...) Os conflitos bilaterais com os Estados Unidos também constituíram um elemento importante de aproximação entre os dois parceiros. O Brasil era um competidor potencial dos EUA em vários produtos agrícolas e o Japão era fortemente dependente de importações de alimentos provenientes dos Estados Unidos. No momento em que os EUA fizeram uso de sua liderança no mercado internacional de produtos agrícolas para pressionar, política e economicamente, o Japão, o desenvolvimento de novos produtos de exportação na agricultura brasileira passou a ser visto pelos japoneses como uma prioridade estratégica” (Torres, 1992:323-326).

Com o início do processo de abertura democrática, promovido ainda na ditadura militar pelo governo de Ernesto Geisel (1974-1979), a política externa brasileira foi reorientada com objetivos claros: executar novos projetos de desenvolvimento nacional.¹⁹ Vislumbrou-se um período de grandes dificuldades econômicas, em que a dívida externa e o estrangulamento das relações Norte-Sul passaram a ser o centro das preocupações governamentais e a tônica das negociações nas relações bilaterais e em foros multilaterais. O desgaste das relações com os Estados Unidos impulsionou a busca de novos parceiros que pudessem oferecer um relacionamento mais igualitário, baseado sobretudo em projetos de cooperação.²⁰ Sob esta égide, Lessa ressalta:

“Fruto de uma notável identidade de interesses, a intensificação das relações nipo-brasileiras a partir de 1974 responde aos anseios de ambos os parceiros: do ponto de vista japonês, dada a exigüidade de território e de recursos naturais, pretendia-se dar seguimento à estratégia adotada desde fins da Segunda Guerra Mundial de garantir suprimento de produtos primários para o seu parque industrial; do ponto de vista brasileiro, buscava-se novas fontes de financiamento e de fornecimento de equipamento e tecnologias” (Lessa, 1996:04).

¹⁹ Para detalhes adicionais sobre a Política Externa do Governo de Ernesto Geisel, veja: CERVO, Amado L; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Externa Brasileira**. UnB. Brasília, 2002. Veja também LESSA, Antônio. **Pelos quatro cantos do mundo: um balanço histórico da estratégia de diversificação de parcerias sob o Governo Geisel (1974-1979)**. Fundação Universidade de Brasília. PROIN/CAPE. Caderno n.º 01, 1996.

²⁰ Este período foi, para o Brasil, de maior independência frente aos EUA, numa época em que surgiram vários atritos na política externa, devido ao reconhecimento pelo Brasil da independência de Angola, o voto anti-sionista na Assembléia da ONU, à procura por novos parceiros na América Latina e África Negra. BIJOS, Leila. Op. cit., p. 43.

O presidente Geisel, então recém-empossado, também anunciava que, em lugar do alinhamento automático com os Estados Unidos, adotado pelos governos militares anteriores, sua política externa seria mais independente, calcada nos princípios do ecumenismo, do pragmatismo e do bilateralismo. Neste novo contexto, o Japão era visto como um parceiro estratégico que podia ser mobilizado no intuito de ampliar as opções brasileiras de: importação de produtos manufaturados e tecnologia; atração de capital e empréstimos externos; e ampliação de mercados exportadores (Torres, 1992:323).

A percepção, pelo governo brasileiro, de que as afinidades com o Japão poderiam ser dinamizadas, resultou, em 1975, com a visita oficial do vice-Primeiro Ministro do Japão ao Brasil. Em 1976, o presidente Ernesto Geisel viaja para o Império do Sol Nascente junto com os ministros do Planejamento, da Indústria e Comércio e das Minas e Energia, simbolizando a importância da nova dimensão da política brasileira para a Ásia e a abertura de um novo potencial para o país na região.

De acordo com Lessa (1996:04), o Brasil, atendendo à estratégia japonesa de financiar a produção de itens os quais necessitava importar, firmou acordos com o Japão que permitiram a concretização de vendas que somariam 10 bilhões de dólares num prazo de 15 anos e a captação de 1,5 bilhão em financiamentos e 1,4 bilhão em investimentos diretos. Dentre eles, destacam-se a implantação do Projeto ALUNORTE/ALBRAS, visando à produção de alumínio em Belém; a construção do porto de Praia Mole, no Espírito Santo; participação na Siderúrgica de Tubarão; aumento do capital da USIMINAS, além de se assentarem as bases da cooperação no campo da tecnologia industrial.

Em 1978, o Brasil recebe a visita do príncipe herdeiro japonês, nas comemorações do aniversário do início da imigração japonesa para o país. Com reflexo da crescente importância das relações Brasil-Japão, na década 70, o Brasil passa a ser o principal pólo de investimentos japoneses na América Latina, recebendo metade do total aplicado na região, e ao mesmo tempo, passa a ser o terceiro recipiente dos capitais japoneses mundialmente alocados (Lessa, 1996:05).

Na década de oitenta, presenciou-se estreita cooperação com vistas à exploração de minérios, com a construção da empresa Alumínio Brasileiro S.A. (ALBRAS) e a

criação do complexo de Carajás. Esses projetos são apenas um resumo do extraordinário dinamismo que se verificou no relacionamento bilateral, colocando o Brasil entre os maiores exportadores mundiais de alumínio, minério de ferro e grãos, tendo o Japão como um dos principais destinos de exportação. Salienta-se que, com o longo período de instabilidade e baixo crescimento vivido pelo Brasil nos anos 80, os investidores estrangeiros, inclusive os japoneses, adotaram uma postura mais cautelosa, retardando seus projetos no Brasil.

Enquanto a economia brasileira atravessava o que muitos chamam de “década perdida”, o Japão emergia no meio internacional em uma posição de crescente destaque. Após essa década, verificou-se uma redução significativa de entrada de IED no país ocasionada pela crise da dívida. Os investimentos só voltaram a aquecer a economia brasileira após o Plano Real, que abriu oportunidades de negócios devido ao processo de privatização.²¹

Conforme diagnóstico de Torres (1992:324), o Japão, a partir da valorização do yene, de 1985, decidiu acelerar o processo de globalização de sua indústria, tendo como parceiros preferenciais os EUA, a Europa, os *Newly Industrializing Countries* (NICs) e os países da *Association of Southeast Asian Nations* (ASEAN)²². Não estão inclusos neste rol o Brasil e a maioria dos países latino-americanos. Pela primeira vez em quase quarenta anos, as relações nipo-brasileiras atravessaram um longo período de esfriamento, sem perspectivas claras de reversão a curto e médio prazo.

Nesta fase de turbulência, os investidores japoneses perderam a credibilidade no Brasil e priorizaram investimentos na Ásia. Outros fatores contribuíram desfavoravelmente para a queda de IEDs²³ japoneses no país, entre eles a de estagnação econômica japonesa seguida pela implosão da “bolha especulativa”²⁴. Neste período, as

²¹ O processo de privatização e abertura econômica desorientou o planejamento empresarial nipônico para com o Brasil, concentrado nos chamados “projetos nacionais”, já que os referidos projetos eram implementados em parceria com grandes estatais brasileiras.

²² Para detalhes suplementares sobre o relacionamento entre ASEAN e Japão, veja: ASEAN SECRETARIAT. **ASEAN: An Overview**. Jakarta, 1995, p. 29.

²³ O investimento estrangeiro direto do Japão no Brasil cresceu rapidamente até o início dos anos 80. No exercício fiscal de 1983, por exemplo, alcançou nível maior do que os investimentos realizados na Indonésia ou Cingapura, que receberam o maior volume de IEDs japoneses em termos de fluxo na região asiática, só perdendo para Hong Kong. Veja: CNI-KEIDANREN. **Brasil-Japão: “Aliança para o século XXI”**. Brasília, 2000, p. 11.

²⁴ “O ‘estouro da bolha especulativa’ lançou o Japão na pior recessão de seus últimos quarenta anos. Entre 1992 e 1999, a economia cresceu menos de 1% ao ano. Foi um desempenho pífio para um país que, nos últimos quarenta anos, liderou as taxas de crescimento entre os países industrializados, particularmente quando a economia norte-americana, que sempre havia crescido mais lentamente que a japonesa, expandiu-se a 3,6% ao ano.” TORRES, Ernani T. F. **Japão: Características Estruturais da Crise Econômica Atual**. IPRI, 2000, p. 16.

empresas japonesas tiveram sua capacidade de novos investimentos fortemente reduzida. Conseqüentemente, o Japão pouco usufruiu das oportunidades de negócios abertas em vários setores da economia brasileira após a liberalização econômica e o crescimento do consumo oferecidos pelo Plano Real.

Uma importante característica dos investimentos japoneses no Brasil tem sido sua forte associação ao comércio exterior. Os coeficientes de exportação e importação de empresas japonesas com atividades no Brasil – inclusive companhias com participação minoritária japonesa – alcançaram 19% em 1995. Para o conjunto de empresas com participação estrangeira, esses coeficientes ficaram em 12% e 11%, respectivamente (CNI-KEIDANREN, 2000:11).

Em 2001, os investimentos acumulados japoneses no Brasil chegaram a magnitude de ¥ 171,4 milhões. De acordo com o Consulado Geral do Japão no Rio de Janeiro, há uma tendência nos setores econômicos nipônicos de fortalecer os laços econômicos com o Brasil.²⁵ Na tabela abaixo, verifica-se que os investimentos japoneses representaram, aproximadamente, 3,928 % do total de investimentos diretos entrados no Brasil no ano de 2001.

TABELA 2
INVESTIMENTOS DIRETOS
DISTRIBUIÇÃO POR PAÍS DE ORIGEM DOS RECURSOS

Países	Estoque 1/		US\$ milhões
	1995	2000	Ingresso 2/ 2001
Estados Unidos	10 852,18	24 500,11	4 464,93
Espanha	251,01	12 253,09	2 766,58
França	2 031,46	6 930,85	1 912,82
Holanda	1 545,80	11 055,33	1 891,85
Ilhas Cayman	891,68	6 224,81	1 755,07
Portugal	106,61	4 512,10	1 692,26
Alemanha	5 828,04	5 110,24	1 047,46
Ilhas Virgens (Britânicas)	901,22	3 196,58	911,91
Japão	2 658,52	2 468,16	826,60
Bermudas	853,07	1 940,05	606,86
Total Geral	41 695,62	103 014,51	21 041,70

Fonte: Banco Central do Brasil. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>> Acesso em: 12 dez. 2002.

²⁵ Consulado Geral do Japão no Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.japao-rio.org.br>> Acesso em: 06 maio 2003.

Além das *trading companies* já citadas, novos atores têm impulsionado o relacionamento econômico-comercial entre os dois países, destacando-se a atuação da *Japan External Trade Organization* (JETRO) que visa, sobretudo, fomentar as importações de produtos pelo Japão com o intuito de suprir seus mercados e atender as necessidades das empresas nipônicas. As principais atividades da JETRO no Brasil consistem em promover as exportações brasileiras para o Japão e apoiar as empresas japonesas em investimentos no Brasil.²⁶

Apesar dos avanços obtidos pela JETRO, percebe-se, conforme mencionado anteriormente, uma redução dos investimentos japoneses no Brasil e uma queda das exportações brasileiras em direção ao Japão nas últimas décadas. Entretanto, novos fatores criam expectativas positivas que permitem projetar um adensamento nas relações nipo-brasileiras, entre eles: o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)²⁷; as negociações para um Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e a Comunidade Andina de Nações (CAN)²⁸; a possibilidade de criação de um corredor transoceânico, no âmbito da Iniciativa de Integração da Infra-estrutura Regional na América do Sul (IIRSA)²⁹, que abrirá novos caminhos, permitindo o escoamento dos produtos brasileiros em direção ao Oceano Pacífico.

O recente relacionamento entre o Brasil e o Japão retrata a diminuição da importância da América Latina no contexto mais amplo da política externa japonesa. Na esfera atual, o intercâmbio bilateral contrasta de forma contundente com o panorama da década de 70, quando os investimentos japoneses, sobretudo no âmbito do projeto PRODECER, atingiam seu período ouro. As crises dos anos 80 e 90 marcaram o relacionamento bilateral nipo-brasileiro, deixando uma impressão negativa na atual geração de empresários japoneses.

²⁶ Observa-se que a atuação da JETRO no mundo tem sido decisiva para amenizar o superávit da balança comercial japonesa. Para detalhes complementares sobre a Organização, veja: <<http://www.jetro.go.jp>>. Veja também o site da JETRO no Brasil <<http://www.jetro.org.br>>.

²⁷ É interessante abordar que o Mercosul representa para o Brasil, entre outras, uma nova via de relações econômico-comerciais excepcionais com a Ásia e, em especial, com o Japão. Ressalta-se que, até o momento, o relacionamento Mercosul-Japão ainda não se traduziu em iniciativas concretas no que tange à cooperação técnica, apesar de o governo japonês já ter manifestado interesse em patrocinar projetos de cooperação técnica com o Mercosul.

²⁸ O aprofundamento das relações econômico-comerciais entre o Mercosul e a Comunidade Andina de Nações (CAN) constitui elemento central para o fortalecimento da América do Sul. Ante as dificuldades para se concluir um acordo de livre comércio bloco a bloco, o Mercosul tem avançado em negociações com os países da CAN individualmente, já tendo obtido ótimos resultados com o Peru.

²⁹ A Iniciativa de Integração da Infra-estrutura Regional na América do Sul (IIRSA) tem por objetivos a implementação de projetos de ligação rodoviária, de comunicações, de interconexões energéticas e de transporte fluvial entre os países sul-americanos. Para detalhes complementares sobre a IIRSA, veja: <<http://www.iirsa.org>>.

A estagnação da economia japonesa, na década de 90, veio agravar este quadro que, somente agora, com avanços registrados pelo Brasil na área da estabilidade e modernização econômica começa a melhorar. Visitas das mais altas autoridades dos dois países constituem tentativa importante de adensamento do diálogo político de alto nível. Relembra-se a do Presidente Fernando Henrique Cardoso ao Japão, em 1996, e a dos Imperadores Akihito e Michiko ao Brasil no ano seguinte. Realizaram-se igualmente encontros em nível de chanceleres, em 1998; de vice-Ministros e Subsecretários-Gerais, em 2000; e de Chefes de Departamento, em 2001.³⁰

O Brasil tem-se esforçado para que as relações entre os dois países se intensifiquem, enviando ao Japão, nestes últimos anos, grupo de Governadores, dos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Ceará, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Tocantins, Rondônia, Pará, Amazonas e de Ministros de Estado do Planejamento, Telecomunicações, Indústria e Comércio, Minas e Energia, Previdência e Assistência Social, Agricultura e Saúde. Também, estiveram em solo nipônico prefeitos, parlamentares e presidentes de autarquias e de empresas públicas. Em contrapartida, do lado japonês, vieram ao Brasil diversas delegações do Governo, bem como governadores de Prefeituras japonesas.³¹ A tabela abaixo discriminada aborda as principais visitas de autoridades brasileiras ao Japão e nipônicas ao Brasil.

³⁰ MRE. **II Reunião dos Chefes de Postos na Ásia e Oceania**. Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos. Departamento da Ásia e Oceania. Brasília, 2002, p. 83.

³¹ Idem, p. 83.

TABELA 3
PRINCIPAIS VISITAS BRASIL-JAPÃO
1988-2002

Visitas de autoridades brasileiras ao Japão	Visitas de autoridades japonesas ao Brasil
<p>1989: Presidente José Sarney, por ocasião do funeral do Imperador Showa.</p> <p>1990: Presidente eleito do Brasil, Fernando Collor de Melo, por ocasião da entronização do Imperador. Ministro das Relações Exteriores, José Rezek.</p> <p>1991 e 1992: Ministro da Economia, Márcio Moreira, por ocasião da Reunião de Peritos.</p> <p>1993: Então Ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso. Ministro do Planejamento, Stepanenko.</p> <p>1995: Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia. Senador José Sarney, por ocasião da Cúpula de Ex-Mandatários. Ministro da Fazenda, Pedro Malan. Vice-Presidente Marco Maciel. Ministro da Agricultura, José Vieira.</p> <p>1996: Presidente Fernando Henrique Cardoso, acompanhado pelos seguintes Ministros: das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia; da Indústria e Comércio, Dorothea Werneck; do Planejamento, José Serra; e das Comunicações, Sérgio Motta. Presidente da Câmara dos Deputados, Luís Eduardo Magalhães.</p> <p>1997: Ministro do Planejamento, Antônio Kandir. Ministro da Seguridade Social, Reinhold Stephanes.</p> <p>1998: Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia.</p> <p>2001: Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sérgio Amaral.</p> <p>2002: Ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer.</p>	<p>1988: Sua Alteza o Príncipe Fumihito, por ocasião do Octogésimo Aniversário da Imigração Japonesa para o Brasil.</p> <p>1990: Primeiro Ministro Noboru Takeshita, por ocasião da posse do Presidente da República.</p> <p>1992: Primeiro Ministro Toshiki Kaifu, por ocasião da Cúpula do Rio sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente.</p> <p>1994: Ministro dos Negócios Estrangeiros, Yohei Kono.</p> <p>1995: Então Vice-Presidente do PLD, Keizo Obuchi, por ocasião da cerimônia de posse do Presidente do Brasil.</p> <p>1995: Sua Alteza a Princesa Sayako, por ocasião do Centenário do Tratado de Amizade entre o Japão e o Brasil.</p> <p>1996: Primeiro Ministro Ryutaro Hashimoto.</p> <p>1997: Suas Majestades o Imperador e a Imperatriz do Japão.</p> <p>1997: Ministro do Trabalho, Yutaka Okano.</p> <p>1998: Então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Keizo Obuchi.</p> <p>2002: Delegação do Senado japonês, chefiada pelo Vice-Presidente do Senado, Shoji Motooka.</p>

Fonte: Consulado Geral do Japão no Brasil. Disponível em: <<http://www.japao-rio.org.br>> Acesso em: 06 maio 2003.

De 1988 a 2002 consolidou-se, significativamente, as tratativas no âmbito da cooperação técnica Brasil-Japão, fortalecendo-se uma série de projetos, programas e temas de interesse mútuo.

Nos primórdios do século XXI, importantes iniciativas do setor privado foram empregadas para revitalizar o relacionamento bilateral. Neste plano, cabe mencionar a “Aliança para o Século XXI”, um empreendimento da CNI e da KEIDANREN, que

possui como objetivo maior o fortalecimento da parceria entre os setores privados de ambos os países. Tal procedimento retrata a percepção comum de que o setor privado é o propulsor da relação bilateral em matéria de investimentos e comércio exterior.

Destaca-se que a relação nipo-brasileira, apesar do desaquecimento percebido nos últimos anos, é hoje bem mais vasta e abrangente, reflexo direto do processo de globalização e da própria modernização do Brasil. Esta abrangência é também impulsionada pela sincronia em uma ampla pauta de *global issues* de interesse comum.

O grande tema de coincidência da atualidade diz respeito à reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Tanto o Brasil quanto o Japão compartilham a percepção da urgência de se implementar as reformas no Sistema da ONU, em particular, do CSNU, sustentando que o Conselho deve tornar-se mais democrático e representativo, para que, assim, possa refletir a nova realidade mundial, em sintonia com o propósito de se democratizar as relações internacionais. O Japão entende que o Brasil é o candidato mais provável da América Latina para ocupar o assento permanente. Entretanto, salienta-se que o Japão, até o momento, não expressou apoio explícito a quaisquer dos candidatos a um assento permanente no CSNU.³²

A cooperação com o Continente Africano também vem despertando interesse do Japão e do Brasil que têm dado considerável importância, em suas respectivas agendas bilaterais, à questão africana. Dentro da estratégia de cooperação conjunta, poderiam o Brasil e o Japão encontrar sinergias em inúmeras esferas de ação, principalmente nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs). A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) já possui acordo de cooperação com a JICA para fomentar ações de cooperação abrangendo países africanos de língua portuguesa. Angola tem sido o canal inaugural de uma política de cooperação trilateral Brasil-Japão-África, devido ser o país africano onde o Brasil concentra maior interesse e ser, também, aquele que apresenta melhores perspectivas com relação ao desenvolvimento e à pacificação. Hoje, tanto o Brasil como o Japão, pretendem ampliar as ações de cooperação em direção à África, ainda restrita a poucas áreas, como, por exemplo, a agricultura.

³² Para melhor compreensão da retomada do interesse do Japão pelo Conselho de Segurança, veja: DRIFTE, Reinhard. *Japan's Quest for a Permanent Security Council Seat: A Matter of Pride or Justice?*. St. Antony's College. Oxford, 2000.

Inúmeros outros temas fazem parte da agenda comum nipo-brasileira, o que enseja diversas oportunidades de cooperação e harmonização diplomática entre as duas chancelarias. Tais concordâncias realçam que a cooperação técnica prestada pelo Japão ao Brasil por intermédio da *Japan International Cooperation Agency* (JICA), que será objeto de tratamento no estudo de caso apresentado a seguir, é realizada sob uma perspectiva comum, onde ambos os Estados têm competência para delinear suas prioridades.

JAPAN INTERNATIONAL COOPERATION AGENCY REPRESENTAÇÃO NO BRASIL

V.1. CONSIDERAÇÕES SOBRE A JICA: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

O Japão apresentava um panorama dramático após a Segunda Guerra Mundial, com enormes prejuízos materiais e humanos. No plano econômico, o país mostrava-se mergulhado em problemas, sua produção agrícola e industrial estavam arruinadas e o comércio exterior estagnado pela quase total destruição da marinha mercante japonesa. Oficializada a rendição nipônica, os Estados Unidos ocuparam militarmente o país. Durante sete anos, de agosto de 1945 a abril de 1952, passaram a comandar o reerguimento socioeconômico japonês, de acordo com as diretrizes do capitalismo norte-americano. A política de edificação, dirigida pelos estadunidenses promoveram no Japão uma série de reformas nos campos políticos, social e econômico. Em 1946, por exemplo, já se elaborava uma nova Constituição para o país, inspirada na dos Estados Unidos (Cotrim, 1997:467).

Tais reformas tinham como objetivos distanciar o Japão da área de influência do bloco socialista, que se disseminava com a Revolução Chinesa de Mao Tse-tung³³, e transformar o referido país em uma área segura para as operações capitalistas na Ásia. Para tanto, estimulou-se o desenvolvimento econômico e industrial nipônico com enormes investimentos de capitais oriundos de multinacionais americanas e do próprio governo dos EUA.

No início da década de 50, o Japão já apresentava uma roupagem totalmente nova, atingindo bons índices socioeconômicos para um país que acabara de sair derrotado de uma guerra. Deste então, o governo japonês vem adotando estratégias eficientes, à luz do dinamismo capitalista, para maximizar sua inserção no novo cenário

internacional rapidamente esboçado após a Segunda Guerra Mundial. A cooperação técnica internacional tem sido um desses instrumentos privilegiados utilizado por este país para ampliar a internacionalização de seus interesses.

As estratégias de cooperação técnica têm conseguido transpor dificuldades conseqüentes do relacionamento do Japão com outros países, utilizando-se de procedimentos baseados em afinidades sociais, políticas e culturais, com países como o Brasil, onde a imigração japonesa foi expressiva.

A cooperação técnica governamental japonesa iniciou suas atividades juntamente com o Plano Colombo em outubro de 1954, sob a égide da *Asian Cooperation Foundation* (ACF). Posteriormente, em 1962, o Governo japonês fundou a *Overseas Technical Cooperation Agency* (OTCA). Com o resultado da expansão econômica nipônica, das mudanças no sistema internacional e da necessidade de promover o comércio e os relacionamentos bilaterais, o Japão, em 1974, criou a *Japan International Cooperation Agency* (JICA), resultado da fusão da OTCA e do *Japan Emigration Service* (JEMIS).³⁴

Agência vinculada ao Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão (*Gaimusho*), a JICA é o órgão do governo nipônico encarregado de implementar programas e projetos de cooperação técnica internacional (CTI) com países em desenvolvimento, tendo como principal competência a execução de atividades que promovam o adensamento das relações e o intercâmbio por meio da cooperação técnica entre o Japão e os países participantes.

A fundação da JICA em meados da década de 70, teve como propósito, além de promover a cooperação internacional por meio da cooperação técnica entre o Japão e os países em desenvolvimento, baseado nos respectivos acordos internacionais de cooperação, reduzir os obstáculos políticos e culturais ao crescimento da economia japonesa. Através da CTI, instrumento político privilegiado para o repasse de conhecimentos, o governo japonês apóia o desenvolvimento de recursos humanos e o estabelecimento das infra-estruturas socioeconômicas no Terceiro Mundo,

³³ Para informações adicionais sobre a China no contexto da Guerra Fria, veja: DELMAS, Claude. **Armamentos Nucleares e Guerra Fria**. São Paulo: Perspectiva, 1979, p. 144 a 148.

³⁴ Informes adicionais sobre o histórico da JICA podem ser obtidos no site da JICA na Malásia: <<http://www.jica.org.my>>.

estabelecendo um vínculo amigável com as nações periféricas. Assim, o Japão vem aumentando sua governança em um cenário internacional cada vez mais complexo e interativo. O difícil jogo de relacionamentos entre os Estados torna o ciclo de amizades um fator decisivo em processos decisórios mundiais.

O orçamento da JICA é, em sua totalidade, governamental japonês e suas atividades inserem-se no âmbito da *Official Development Assistance* (ODA)³⁵ do Japão.³⁶ De acordo com o Relatório Anual da ODA de 1999, publicado pelo *Gaimusho*, em 1998 o governo nipônico desembolsou ajuda bilateral no total de ¥ 1.126,4 bilhão, um aumento de 40,8% em relação ao ano anterior.³⁷ O orçamento da ODA no ano de 2001 chegou a dimensão de 1.015 trilhão de yenes, o que representou 1,2% do orçamento total do Japão. A parte da ODA direcionada para os projetos da JICA, neste mesmo ano, foi de ¥ 187,1 bilhão.³⁸ O organograma abaixo descrito permite a visualização do posicionamento da Agência japonesa dentro do contexto da Assistência Oficial para o Desenvolvimento do governo japonês.

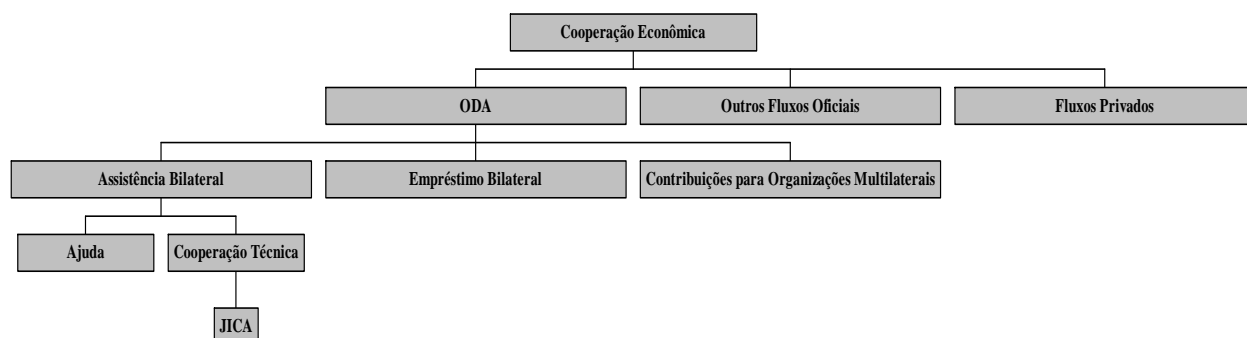
³⁵ Para informações complementares sobre a ODA, vide: MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN. **Japan's Official Development Assistance. Annual Report 1999.** Economic Cooperation Bureau . Tokyo, 2000, p. 03 a 165. Veja também as recomendações da KEIDANREN para a reforma da ODA, disponível em: <<http://www.keidanren.or.jp/japanese/policy/2001/049.html>>, somente para japanese speakers.

³⁶ A ajuda externa do Japão iniciou-se na década de 50 com a finalidade de indenizar danos causados aos países vizinhos invadidos pelo seu exército, durante a Segunda Guerra Mundial. Mas ao longo do tempo a política externa japonesa foi se alterando, constituindo, na concepção de Orr (1990:178) três fases: A primeira, de indenizações, é marcada por recursos transferidos, principalmente na década de 50, pelos danos causados aos países na Segunda Guerra, como Myanmar, Filipinas, Indonésia e Vietnã. A segunda fase, de promoção comercial, inicia-se em 1958 com o fornecimento de um empréstimo em condições especiais, caracterizando-se como ODA, à Índia. Nesse período, a ajuda externa do Japão visava estimular a penetração de suas empresas e produtos em mercados estrangeiros, principalmente asiáticos. Ainda nessa fase, o Japão estende a sua ajuda para a Coreia do Sul e Taiwan e colabora na criação do Banco de Desenvolvimento da Ásia. Nessa época, uma das ênfases da estratégia de ajuda externa era restabelecer uma boa relação com os países vizinhos. A terceira fase, de globalização da ajuda externa, inicia-se na década de 1970, quando o Japão se torna o segundo maior fornecedor. Em função da crise do petróleo o fornecimento de ajudas, que até então encontrava-se concentrada nos países asiáticos, é ampliada. Além disso, encorajado pelos Estados Unidos, os objetivos da política de cooperação econômica são expandidos, passando a incorporar metas político-diplomáticas, englobando países da África e América Latina como recebedores da ajuda externa japonesa. In, UEHARA, Alexandre. **As relações nipo-brasileiras e a política de ajuda externa do Japão para o Brasil**. 1998, p. 03.

³⁷ MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN. **Japan's Official Development Assistance. Annual Report 1999.** Economic Cooperation Bureau. Tokyo, 2000, p. 05.

³⁸ JICA. **Introduction to JICA's Activities**. JICA INTRO-KIT 0102, 2002, anexo.

FIGURA 1
CATEGORIAS DA OFFICIAL DEVELOPMENT ASSISTANCE



Fonte: Association for Promotion of International Cooperation. A Guide to Japan's Aid. APIC. Tokyo, 1993, p. 07.

A Assistência Oficial ao Desenvolvimento do Japão tornou-se um tema muito estudado, particularmente a partir da década de 1990, quando esse país passou a ser o maior fornecedor de recursos dentre os 21 países membros do *Development Assistance Committee* (DAC)³⁹. Tal fato mereceu destaque, pois o aumento do volume total de recursos destinados a assistência a países em desenvolvimento, para agências e organizações multilaterais é apontado como um dos fatores que sinalizam um crescimento do papel do Japão no cenário internacional (Uehara, 1998:02).

A JICA é um órgão que está diretamente relacionado ao Japão e à maneira como o povo japonês participa dentro da comunidade internacional. Interdependência e um relacionamento de complementaridade com os países em desenvolvimento são elementos indispensáveis para o Japão manter sua prosperidade e posicionamento internacional. É muito importante salientar que as atividades desempenhadas pela JICA, com também pelo *Japan Bank for International Cooperation* (JBIC), dentro de uma conjuntura mais ampla de cooperação, não são, de forma alguma, realizadas por simples benevolência da parte nipônica. O Japão necessita contribuir ativamente para a melhoria dos países em desenvolvimento para que, assim, possa modelar e orientar, pragmaticamente, o desempenho destes países em consonância com seu interesse. Exemplo claro dessa moldagem é o caso da cooperação prestada japonesa ao Brasil por meio do Programa Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), conforme já explicado anteriormente.

Para executar as mais variadas atividades em inúmeros países, a JICA conta com uma excelente estrutura organizacional e informacional e com mais de 1.200

trabalhadores exercendo suas funções no Japão e no exterior.⁴⁰ A figura abaixo permite a visualização dos principais escritórios da JICA no exterior.

³⁹ O DAC é uma instituição da Organization for Economic Cooperation and Development (OECD).

⁴⁰ JICA. **Jica in East Timor**. Panfleto Informativo, 2000.

FIGURA 2
ESCRITÓRIOS DA JICA NO EXTERIOR



Fonte: Introduction to JICA's Activities. Op.cit., anexo.

A JICA possui mais de 80 escritórios no exterior e inúmeros centros nacionais de pesquisa e filiais no Japão, além da matriz em Tóquio. Tal organização possibilita à JICA cooperar com mais de 160 países. Os escritórios no exterior promovem a cooperação do Japão com outros países, enquanto os centros de pesquisas e filiais da Agência, localizados em solo nipônico, recebem pesquisadores oriundos dos países em desenvolvimento e recrutam nacionais para a realização de atividades no exterior. Anualmente, a JICA despacha em torno de 5.000 peritos e voluntários ao exterior e recebe aproximadamente 10.000 participantes no Japão.⁴¹

De uma forma geral, a Agência de Cooperação Internacional do Japão possui as seguintes atividades de cooperação:

1. Cooperação Técnica

- 1.1. Treinamento no Japão
- 1.2. Envio de peritos
- 1.3. Doação de equipamentos
- 1.4. Cooperação Técnica Tipo-Projeto
- 1.5. Estudos para o Desenvolvimento

2. Envio de voluntários japoneses – *Japan Overseas Cooperation Volunteers* (JOCV)

3. Treinamento e capacitação de peritos japoneses qualificados para a cooperação técnica

4. Melhoria da eficiência da Ajuda

5. Investimentos e financiamentos para o desenvolvimento

6. Auxílio aos emigrantes japoneses

7. Auxílio para desastres

⁴¹ Introduction to JICA's Activities. Op. cit., anexo.

V.2. O ESTUDO DE CASO

O governo japonês tem cooperado com o Brasil em maior escala, se comparado com outros países da América Latina, tornando este país o maior receptor da cooperação do Japão entre os países latino-americanos. Entretanto, a quota de investimentos diretos do Japão no Brasil tem se reduzido consideravelmente, conjuntamente com o comércio bilateral. Refletindo este contexto, a ODA, nos últimos anos, também decaiu em quantidade considerável. Conseqüentemente, o Japão vem enfatizando a qualidade e não a quantidade de recursos destinados às atividades de cooperação e seus sistemas de implementação.

A cooperação recebida pelo Brasil de países desenvolvidos como o Japão é feita mediante um acordo básico, nos termos do qual preparam-se notas verbais, ajustes, memorandos de entendimento, entre outros. O planejamento é feito por meio de reuniões bilaterais. Tal cooperação bilateral é, na acepção de Cervo, analisada da seguinte forma:

“Freqüentemente, essa cooperação técnica bilateral vincula-se, no Brasil, aos grandes empreendimentos econômicos e financeiros do país de origem, dando-lhes suporte acessório em termos políticos, psicológicos e operativos. Ela serve, portanto, à integração de ambas as nações, conquanto não se descuide de realizar interesses bilaterais que, no caso do Brasil, significavam apoiar o desenvolvimento social, econômico e tecnológico” (Cervo, 1994:58).

A cooperação prestada pelo governo japonês especificamente no Brasil é regulada pelo Acordo Básico de Cooperação Técnica (vide Anexo II), de 22 de setembro de 1970, promulgado, no Brasil, pelo Decreto n.º 69008, de 04 de agosto de 1971, e intermediado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC)⁴², do Ministério das Relações Exteriores, que tem competência de promover, difundir e coordenar a

⁴² Para informações adicionais sobre a ABC, veja: ABC. **Diretrizes Gerais para o Desenvolvimento da Cooperação Técnica Internacional Multilateral**. Coordenação de Cooperação Técnica Recebida Multilateral. 1ª Ed. Brasília, 2000, p. 12 a 13. Veja também o site da Agência na internet: <<http://www.abc.mre.gov.br>>.

cooperação técnica entre organizações, instituições nacionais, internacionais e estrangeiras, bem como operar programas de cooperação técnica internacional (Cabral, 1998:565).

Do lado japonês, a JICA é a intermediadora do referido Acordo, cabendo a ela a execução dos programas e projetos de cooperação técnica nipo-brasileiro. Em articulação com a ABC, a JICA efetua todo o trabalho de despacho de equipamentos, capacitação de pessoal junto a instituições japonesas, bem como a organização e o envio de missões de avaliação e acompanhamento de projetos. Para desenvolver estas atividades, a JICA Representação no Brasil mantém três escritórios no país:

I. Escritório Anexo da Embaixada do Japão em Brasília-DF

II. Escritório Anexo do Consulado Geral do Japão em São Paulo-SP

III. Escritório Anexo do Consulado Geral do Japão em Belém-PA

Devido a gigantesca dimensão territorial brasileira e para melhor executar suas funções, os escritórios da JICA no Brasil dividem suas atividades por regiões. O Escritório Sede em Brasília (*JICA Brazil Office*) tem competência pelas atribuições da Agência nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, além de coordenar os demais escritórios; o Escritório Regional em São Paulo (*JICA São Paulo Office*) é responsável pelas regiões Sul e Sudeste; e o Escritório Filial em Belém (*JICA Belém Office*) possui competência sobre a região Norte do país. Para o exercício de tais ações, a JICA Sede conta com funcionários japoneses e brasileiros (descendentes de japoneses)⁴³ trabalhando dentro e fora da estrutura física da Agência.

A JICA Representação no Brasil é caracterizada como um órgão sem fins lucrativos, vinculado à Embaixada do Japão e, por isso considerado como corpo

⁴³ Todos os funcionários brasileiros que trabalham na JICA Sede são descendentes de japoneses, com exceção da copeira e do motorista.

diplomático⁴⁴. O referido órgão não se submete ao Cadastro Geral dos Contribuintes, estando isento de impostos, com exceção aos referentes ao consumo.

De uma forma geral, o governo japonês oferece, no Brasil, as seguintes modalidades básicas de cooperação:

1. Treinamento no Japão
2. Vinda Isolada de Peritos
3. Doação de Equipamentos
4. Cooperação Técnica Tipo-Projeto
5. Cooperação Técnica Mini-Projeto
6. Cooperação de Pesquisa
7. Estudo para o Desenvolvimento
8. Programa de Treinamento para Terceiros Países

1. Treinamento no Japão

As alternativas disponíveis de treinamento de pessoal técnico no Japão, compreendem treinamentos não vinculados a projetos de cooperação técnica, os quais

⁴⁴ Em inúmeras oportunidades, a parte nipônica tem abordado a questão da concessão do status autônomo aos escritórios da JICA no Brasil, vistos que todos são anexos do corpo diplomático. O governo japonês alega que, com maior autonomia, os seus funcionários poderão usufruir de maior liberdade e de melhores condições de trabalho no país. A parte brasileira entende que a JICA dispõe de condições favoráveis para desenvolver satisfatoriamente suas atividades no Brasil. Contudo, o lado japonês insiste em seu pleito, que foi menção específica do então presidente da JICA, Kimio Fujita, em ocasião da visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso ao Japão em 1996. Dado o empenho político japonês nesse tema, o governo brasileiro prontificou-se a examiná-lo dentro da ótica global do relacionamento entre os dois países. Observa-se que, até o momento, a JICA Brasil continua sendo parte integrante da Embaixada do Japão. in, MRE. **Visita de Estado do Presidente Fernando Henrique Cardoso ao Japão**. Op. cit., p. 12.

incluem os treinamentos em grupo, a partir do programa regular da JICA, treinamentos especiais por país ou região e treinamentos individuais, organizados com base na demanda de cada país. Existem também os treinamentos de pessoal técnico brasileiro dentro dos projetos de cooperação técnica internacional: treinamento de contrapartes. Em todas as opções de treinamento no Japão, as instituições japonesas, sob a coordenação da JICA, recebem especialistas brasileiros visando à transferência de conhecimentos nas áreas de meio ambiente, saúde, bem-estar social, administração, agricultura, indústria, mineração, energia, entre outras (MRE; JICA, 1994:06).

A incumbência de coordenação, pelo lado brasileiro, dos treinamentos não vinculados a projetos de cooperação técnica estava a cargo da Divisão de Formação e Treinamento (DFTR) do Ministério das Relações Exteriores, passando a ser, de acordo com o Programa de Cooperação Técnica Brasil-Japão, da Divisão de Cooperação Educacional (DCE), do mesmo ministério. Já as responsabilidades de coordenação dos treinamentos de contrapartes brasileiros, no âmbito dos projetos de cooperação técnica, é da ABC.

1.1 Treinamento em grupo

Os cursos para treinamento em grupo são previamente preparados pela JICA nas mais diversas áreas. Denominando-se desta forma porque são formados grupos de bolsista de vários países do mundo. Geralmente, é disponibilizado uma vaga a cada um dos aproximadamente 100 cursos proporcionados ao Brasil anualmente.⁴⁵ Estes cursos são divididos pelas áreas de agricultura, comércio, comunicação, administração pública, saúde, bem-estar social, energia, silvicultura, indústria, infra-estrutura, informática, meio ambiente, mineração, pesca, veterinária, transporte e saneamento.

Em 1993, o governo nipônico proporcionou ao Brasil 176 dos 362 cursos oferecidos neste tipo de treinamento, não vinculado, entre outros, a Tipo-Projeto, Mini-Projeto, Cooperação de Pesquisa, Estudo para o Desenvolvimento. O número de vagas em cada curso varia dos 10 a 15, sendo que uma delas é geralmente destinada ao Brasil (MRE; JICA, 1994:06).

⁴⁵ JICA. **JICA**. Panfleto Informativo. [S.I.]. [ca. 2000].

1.2 Treinamento individual

A JICA prepara o curso exatamente de acordo com a demanda específica do técnico brasileiro, podendo o curso ser realizado com apenas um técnico ou com um número restrito de participantes.

1.3 Treinamento especial por país ou região

Neste tipo de treinamento, a JICA elabora o curso em conformidade com as necessidades do Brasil como um todo, ou de cada região do país e com o número restrito de pessoas (mínimo de 5 participantes)⁴⁶.

1.4 Treinamento de contrapartes brasileiras

O treinamento de contrapartes é coordenado pela ABC, onde se admite a capacitação de técnicos brasileiros no Japão, pois determinadas modalidades de cooperação (Envio de Peritos, Mini-Projeto, Projeto-Tipo, Estudos para o Desenvolvimento, Programa de Treinamento para Terceiros Países, Cooperação para Pesquisa) permitem a capacitação de técnicos brasileiros no Japão.

2. Vinda Isolada de Peritos

A Vinda Isolada de Peritos (VIP) caracteriza uma modalidade de cooperação em que os peritos japoneses executam atividades no Brasil, objetivando aperfeiçoar técnicos brasileiros em área do interesse do nacional. De uma maneira geral, os nipônicos são enviados às instituições governamentais de pesquisa e de formação

⁴⁶ Idem.

profissional, onde se dedicam a atividades de assessoramento de projetos, capacitação e treinamento.

Por solicitação brasileira, podem ser enviados de 1 a 3 peritos japoneses. Aqueles peritos cuja permanência é superior a um ano são classificados como de longo prazo, e aqueles cuja permanência é menor do que um ano, como peritos de curto prazo. Um perito japonês pode trazer os equipamentos necessários ao desempenho de suas funções até o valor limite de 700 mil yenes (MRE; JICA, 1994:08).

De acordo com o MRE & JICA (1994:08), são exemplos desta modalidade de cooperação:

- I. Plano de Desenvolvimento (Geral, Plano Integrado Regional de Desenvolvimento);
- II. Administração (Geral, Finanças e Monetária, Meio Ambiente, Estatísticas, Informação e Divulgação);
- III. Empreendimento Público (Geral, Fornecimento de Água, Tratamento de Esgoto, Saneamento Urbano);
- IV. Transporte (Geral, Aéreo, Urbano, Rodoviário, Ferroviário, Marítimo, Porto e Aeroporto);
- V. Infra-estrutura Social (Geral, Controle de Erosão, Desenvolvimento de Recursos Hídricos, Urbanismo);
- VI. Desenvolvimento Urbano (Arquitetura e Habitação, Medição e Mapeamento);
- VII. Comunicação e Transmissão (Geral, Correio, Comunicação Elétrica, Transmissão);

- VIII. Agricultura (Geral, Sericultura, Agromecânica, Agroindústria, Assistência para Produção de Alimentos);
- IX. Pecuária (Sanidade Animal, Indústria Pecuária);
- X. Silvicultura (Conservação de Florestas, Indústria Florestal);
- XI. Pesca (Indústria Pesqueira);
- XII. Mineração;
- XIII. Indústria (Geral, Química, Ferro e Metais não-ferrosos, Mecânica, Têxtil, Celulose e Madeira, Alimentar, entre outros);
- XIV. Energia (Geral, Elétrica, Gás e Petróleo, Fontes Alternativas de Energia, Energia Reciclável, outros);
- XV. Comércio Interior e Exterior (Administração Comercial);
- XVI. Turismo (Geral, Infra-estrutura Turística);
- XVII. Recursos Humanos (Geral, Educação Física, Treinamento Profissional);
- XVIII. Ciência e Cultura;
- XIX. Saúde e Medicina (População e Planejamento Familiar);
- XX. Bem-estar Social (Trabalho, Assistência para Desastre, Ajuda Alimentar, outros).

A vinda isolada de peritos japoneses objetiva facilitar a avaliação, pelo governo nipônico, da situação *in loco* e das necessidades específicas do Brasil.

3. Doação de Equipamentos

Conforme acordado na II Reunião Anual de Cooperação Técnica Brasil-Japão, realizada em Tóquio, em 28 de abril de 1981, a doação de equipamentos está restrita a área médico-hospitalar. Tal doação tem como finalidade complementar a ação de peritos japoneses ou de ex-bolsistas brasileiros, com vistas a maximizar o efeito da cooperação técnica pela combinação, de forma eficaz, de equipamentos com pessoal especializado (Cabral, 1998:566).

A doação isolada de equipamentos, na maioria das vezes, facilita a divulgação e orientação técnica dos peritos japoneses em sua missão de transmitir conhecimentos. O montante de recursos a ser alocado situa-se em torno de 200 a 300 mil dólares norte-americanos.⁴⁷

É possível a solicitação, pela parte brasileira, de fitas de vídeo e de publicações técnicas, de acordo com a lista de disponibilidades anunciadas pelo governo japonês. Já a doação de materiais para escritório, tais como móveis e utensílios, fax, ar condicionado, medicamentos em grande quantidade e outros materiais de consumo, passíveis de serem obtidos no Brasil, é complexa de ser incluída no programa de cooperação com o Japão, por serem estes equipamentos considerados embutidos nos custos locais, devendo ser alocados pela contrapartida brasileira.

4. Cooperação Técnica Tipo-Projeto

A Cooperação Técnica Tipo-Projeto (CTTP) engloba, de forma programada, as três modalidades de cooperação supracitadas: Treinamento no Japão, Vinda Isolada de Peritos e Doação de Equipamentos. A CTTP tem o propósito da transferência de conhecimento junto aos técnicos e instituições brasileiras e período de execução em torno de cinco anos.

⁴⁷ Vide: MRE; JICA. **Documento Normativo do Programa de Cooperação Técnica Brasil-Japão**. Brasília, 1994, p. 10.

Esta modalidade abrange o envio de peritos japoneses tanto de curta quanto de longa duração, em número de 5 a 10 por ano. A doação de equipamentos no contexto da CTTP é restrito a um valor de US\$ 350 a 450 mil por ano, em torno de US\$ 2 milhões no período de 5 anos de projeto.⁴⁸

A finalização do projeto é decidida no período de vinda da missão japonesa, mediante negociação e discussões sobre o plano de execução com as instituições brasileiras responsáveis que, uma vez definido, será confirmado pela assinatura do *Record of Discussion* (R/D) pelos representantes da missão japonesa, da ABC e da instituição executora brasileira. A assinatura do R/D implementa o projeto.

Observa-se que o Ministério da Educação do Japão (*Mombusho*) concede bolsas de cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) para contrapartes brasileiras, no âmbito da CTTP.

5. Cooperação Técnica Mini-Projeto

A Cooperação Técnica Mini-Projeto (CTMP) enquadra-se em uma modalidade de cooperação intermediária entre a CTTP e a VIP, tendo a finalidade de atender aos pedidos menores que, por sua extensão, não se ajustam dentro do Tipo-Projeto.

Conforme o Programa de Cooperação Técnica Brasil-Japão, o governo japonês dispõe de orçamento para cerca de 10 Mini-Projetos no mundo inteiro. Nessas condições, novos projetos só podem ser iniciados após o término de um outro projeto em execução. A assinatura do documento *Minutes Concerning* implementa o projeto.

6. Cooperação de Pesquisa

Esta modalidade possui as mesmas características da CTMP, acima mencionada, no que diz respeito ao conteúdo da cooperação e aos procedimentos posteriores à

⁴⁸ Idem, p. 11

aprovação. Tal cooperação objetiva desenvolver pesquisas conjuntas entre instituições brasileiras e japonesas com a finalidade de aumentar a capacidade dos pesquisadores brasileiros e alcançar bons resultados de análise que contribuam para o desenvolvimento em áreas específicas no Brasil.

7. Estudos para o Desenvolvimento

Os Estudos para o Desenvolvimento visam à elaboração de planos de desenvolvimento público, tais como infra-estrutura socioeconômica brasileira, ou colher dados e informações para a elaboração do plano propriamente dito. Para esse fim, o governo japonês, por intermédio da representação da JICA no Brasil, envia ao país consultores e peritos nipônicos que, em conjunto com a equipe brasileira, realização estudos específicos e submeterão os resultados destes, em forma de relatório, para o governo brasileiro.⁴⁹

Segundo o Documento Normativo do Programa de Cooperação Técnica Brasil-Japão⁵⁰ os tipos de pesquisa são:

- I. Plano Diretor (Estudo de viabilidade dos projetos de desenvolvimento e elaboração do Plano Diretor para esclarecer relações e prioridade dos projetos concretos);
- II. Estudo de Viabilidade (Pesquisa do projeto de infra-estrutura no aspecto de possibilidade de tecnologias e retorno de investimento, avaliando custo-benefício, esclarecimento de viabilidade social, econômica e tecnológica);
- III. Desenho Detalhado (Elaboração de desenho detalhado e de documento de projeto para solicitação de financiamento externo);
- IV. Levantamento de Recursos Naturais (Pesquisa de existência dos recursos minerais, florestais e pesqueiros);

⁴⁹ ABC. Programa de Cooperação Técnica Brasil-Japão, p. 03.

- V. Estudo para Elaboração de Mapas Geográficos (Elaboração de mapas geográficos básicos para elaboração de plano de desenvolvimento);
- VI. Estudos de Lençóis Subterrâneos (Pesquisa de existência de lençóis subterrâneos para obtenção de água potável).

Na realização do trabalho conjunto há transferência de conhecimentos, métodos de pesquisa e procedimentos de elaboração de planos e de projetos entre as equipes. O período de execução destes estudos tem a duração, em média, de 2 ou 3 anos, tendo como prioridade as seguintes áreas de pesquisa:⁵¹

- A. Empreendimento Público (Elétrico, Gás, Fornecimento de Água, Tratamento de Esgoto);
- B. Construção (Urbanismo, Recursos Hídricos, Controle de Erosão, Habitação e Mapeamento);
- C. Transporte (Planejamento de Tráfego, Marítimo, Aéreo, Ferroviário, Navio, Porto, Aeroporto, Estrada, Ponte);
- D. Agricultura, Silvicultura e Pesca (Irrigação, Engenharia Agrícola, Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Construção de Infra-estrutura Pesqueira);
- E. Mineração e Indústria (Pesquisa de Recursos, Construção de Complexos Industriais);
- F. Bem-estar Social;
- G. Meio Ambiente (Poluição Atmosférica, Poluição da Água, Tratamento de Lixo);
- H. Desenvolvimento Geral.

⁵⁰ Veja: Documento Normativo. Op. cit., p. 16.

A assinatura do *Scope Work* (S/W) pelos representantes da ABC, da JICA, e da instituição executora brasileira confirma o plano definido de cooperação, estando ele apto para ser implementado.

A modalidade de cooperação Estudos para o Desenvolvimento é de suma importância para o Brasil, pois permite a este país elaborar propostas de projetos com vistas à solicitação de financiamentos externos junto a fontes bilaterais como o *Japan Bank for International Cooperation* (JBIC)⁵², a *Kreditanstalt für Wiederaufbau* (KfW) ou multilaterais como o Banco Mundial (BIRD) ou o Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID) entre outras.

8. Programa de Treinamento para Terceiros Países

O Programa de Treinamento para Terceiros Países (PTTP) compreende a execução de cursos de treinamento para técnicos e peritos de países com os quais o Brasil possui sólidas bases sociais, como os países da América Latina e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs)⁵³. Esta modalidade favorece o adensamento do relacionamento brasileiro com estes países, além de estimular a cooperação técnica Sul-Sul, colaborando, assim, para o desenvolvimento regional. Os cursos são administrados e realizados pelo lado brasileiro, sendo que as despesas de viagem e estada dos bolsistas no Brasil são custeados com os recursos da JICA.

O lado japonês aloca recursos para o recebimento de bolsistas e para o curso propriamente dito, como honorários de instrutores fora da instituição e despesas para elaboração de materiais. São recebidos 10 a 15 bolsistas dos países vizinhos por ano.

⁵¹ Idem, p. 16.

⁵² Para informes adicionais sobre o JBIC, veja: **JBIC no Brasil: Fortalecendo a promissora relação entre o Brasil e Japão**. JBIC. Escritório de Representação no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. [S.I.]. [ca.2000].

⁵³ Informações complementares sobre a cooperação técnica entre o Brasil e os PALOPs podem ser obtidas em: CORREIA, Yolanda T. N. **Cooperação Técnica Brasil/PALOP de 1975 a 1996**. Dissertação de Mestrado. UnB. Brasília, 1997.

Bolsistas brasileiros também podem participar do curso, mas o lado brasileiro terá de arcar com as despesas de passagens e diárias.⁵⁴

A instituição executora nacional oferece instalações e materiais para a realização do curso, elabora e encaminha a *General Information* (GI), seleciona os candidatos, providencia o recebimento dos bolsistas, prepara anualmente o plano operativo com a respectiva atualização do orçamento e da GI.

O plano operativo anual é submetido à apreciação da JICA via ABC. A ABC também é encarregada de enviar as GIs às Embaixadas do Brasil nos países participantes do curso, permitindo, assim, que as informações cheguem aos órgãos interessados dos respectivos países.⁵⁵

Os pontos que o governo nipônico considera importantes na análise do proposta são, em princípio, o fato das instituições proponentes terem recebido cooperação técnica japonesa na modalidade CTTP e disporem de instrutores suficientes para os cursos e, também, que exista demanda pelos cursos nos países beneficiados. O plano definido de cooperação apenas será confirmado pela assinatura de R/D (MRE; JICA, 1994:15).

As responsabilidades do lado brasileiro e do lado japonês para a execução de qualquer uma das modalidades de cooperação acima mencionada, estão definidas no Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil-Japão, assinado em 1970, e podem ser assim resumidas:

⁵⁴ Programa de Cooperação Técnica Brasil-Japão. Op. cit., p. 03.

⁵⁵ Para detalhes sobre a metodologia de seleção dos candidatos, veja: Documento Normativo. Op. cit., p. 15.

TABELA 4
RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Lado Japonês	Lado Brasileiro
<ul style="list-style-type: none"> ♦ Salário de peritos; ♦ Passagens dos peritos (Japão – Brasil – Japão); ♦ Honorários das equipes de consultores enviados; ♦ Passagens e estada das equipes de consultores enviadas; ♦ Passagens dos bolsistas; ♦ Estada dos bolsistas no Japão; ♦ Aquisição e envio dos equipamentos doados (até o porto ou aeroporto brasileiro). 	<ul style="list-style-type: none"> ♦ Alocação de técnicos contrapartida para os peritos japoneses (1 ou 2 técnicos); ♦ Fornecimento de espaço físico adequado ao trabalho do perito, como: sala mobiliada, equipamento de telefone, fax, etc; ♦ Despesas de viagens oficiais internas dos peritos; ♦ Manutenção de salários dos bolsistas enviados ao Japão para treinamento; ♦ Fornecimento de toda a infra-estrutura física necessária para o recebimento dos equipamentos doados; ♦ Desembaraço aduaneiro dos equipamentos doados; ♦ Instalação e manutenção dos equipamentos doados; ♦ Custos locais relacionados com a execução dos projetos.

Fonte: Japan International Cooperation Agency. Panfleto Informativo. [S.I]. [ca. 2000].

A JICA, como já mencionado anteriormente, é um órgão governamental japonês e, por isso, qualquer atividade de cooperação técnica desta agência com instituições brasileiras é resultado de solicitação oficial do governo brasileiro ao governo nipônico, por via diplomática.

Como consequência de consultas bilaterais entre ambos os países, foram priorizadas seis áreas para a cooperação técnica nipo-brasileira:

1. Saúde
2. Agricultura
3. Indústria
4. Meio Ambiente
5. Cooperação Triangular
6. Temas Sociais

A priorização tem como finalidade concentrar os recursos financeiros e humanos para maximizar os resultados. Ressalta-se que as áreas de cooperação entre o Brasil e o Japão vem se ampliando em virtude da demanda brasileira e da excelência japonesa em determinados setores, como energia e transporte. As tabelas abaixo sumarizam as questões e as regiões prioritárias para a cooperação bilateral.

TABELA 5
QUESTÕES PRIORITÁRIAS PARA A COOPERAÇÃO COM A JICA

Campos Prioritários para a Cooperação		Questões prioritárias de cada campo de maior destaque na cooperação e método de abordagem
Cooperação bilateral para o Brasil	Meio Ambiente	Conservação do ambiente natural (pesquisa básica, gerenciamento da conservação, etc.) com ênfase especial na manutenção da biodiversidade (ecossistema em florestas tropicais e a Bacia Amazônica); Prevenção da desertificação no nordeste do Brasil, etc.; Política do meio ambiente urbano e reforma do sistema judiciário, tecnologia para controlar a poluição e restaurar o meio ambiente etc.
	Indústria	Promoção de empresas de pequeno e médio portes (instalações comuns e prédio da instituição para melhoria da qualidade e compartilhamento de informações de mercado); Desenvolvimento e melhoria das redes de distribuição.
	Agricultura (incluindo suprimento de alimentos)	Desenvolvimento de tecnologia para restauração de terras degradadas e sistemas agroflorestais na área da Amazônia; Desenvolvimento da tecnologia para agricultura ecológica e processamento de produtos agrícolas na área do cerrado; Desenvolvimento da tecnologia para produzir biomassa como energia alternativa.
	Saúde	Humanização do parto e nascimento, desenvolvimento de novos modelos de cuidados primários com a saúde, cobrindo a saúde das mães e das crianças etc., com ênfase especial na sua difusão dentro e fora do Brasil.
	Desenvolvimento social (excluindo saúde)	Desenvolvimento conjunto de novos modelos pelo Brasil e Japão, fortalecendo a coordenação com ONGs na promoção da educação e na formação de educadores e líderes.
Cooperação Tripartite	JBPP	Cooperação em setores como os da saúde, assistência médica e agricultura em Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa; Cooperação em setores como o meio ambiente, a indústria, a saúde e assistência médica, e em setores sociais da América Latina (com o compromisso de reformular novos projetos baseados no princípio da formulação conjunta de projetos de cooperação).

Fonte: JICA. Estudo sobre Assistência Oficial do Japão para o Desenvolvimento destinado à República Federativa do Brasil. ICI, 2002, p. 07.

TABELA 6
REGIÕES E QUESTÕES PRIORITÁRIAS PARA A COOPERAÇÃO COM A JICA

Campos Prioritário Acordados na Consulta Política		Regiões e Questões Prioritárias
Cooperação bilateral para o Brasil	Meio Ambiente	A Bacia Amazônica e o Pantanal, nas regiões Norte e Centro-Oeste, nas quais é necessária a conservação ambiental; Áreas da região Nordeste onde existe um processo de desertificação, inclusive a área do cerrado; Áreas urbanas e industriais nas regiões Sul e Sudeste, onde o ambiente urbano está mais degradado e a poluição ambiental é mais grave.
	Indústria	As regiões Sul e Nordeste, mais industrializadas do que as outras regiões.
	Agricultura	As regiões Norte e Nordeste, nas quais se dá prioridade aos sistemas agroflorestais e a outras formas de agricultura ecológica; O cerrado e outras áreas na região Centro-Oeste, na qual se dá prioridade à produção agrícola, incluindo a produção de grãos.
	Saúde	As regiões Sul e Sudeste, nas quais os projetos de cooperação certamente se difundirão de modo eficiente para outras regiões do Brasil e para outros países; As regiões do Norte e Nordeste, que são menos desenvolvidas e nas quais os projetos-modelo são passíveis de serem executados.
	Desenvolvimento Social (excluindo saúde)	As regiões do Sudeste, nas quais os projetos de cooperação certamente se difundirão de modo eficiente a outras regiões do Brasil e para outros países; As regiões do Norte e Nordeste, que são subdesenvolvidas e nas quais os projetos-modelo são possíveis.

Fonte: Estudo sobre a Assistência Oficial do Japão para o Desenvolvimento destinado à República Federativa do Brasil. Op. cit., p. 08.

Analisando os tópicos prioritários para a JICA no Brasil, percebe-se que, na área de meio ambiente, os fatores de importância para a Agência japonesa, de forma geral, são: a proteção ao meio natural, em especial do Cerrado e do Pantanal, e a prevenção à poluição industrial. Na área da indústria, a importância tem sido dada à cooperação em curso, ou seja, de aumento da produtividade e qualidade e da elevação do patamar do nível da indústria local. Na agricultura, a cooperação oferecida pela JICA tem sido direcionada para o aperfeiçoamento da tecnologia de produção dos produtos agrícolas e industrializados com competitividade internacional, no qual o lado brasileiro demonstra grande interesse. A cooperação prestada japonesa na área de saúde não é direcionada para a medicina de ponta, mas para o melhoramento do serviço de saúde básico voltado para comunidades locais, incluindo a saúde materno-infantil e o combate às doenças infecciosas. Com relação aos temas sociais, a cooperação tem sido direcionada para a área de ensino básico e específico, levando em consideração a forte demanda do lado brasileiro. Ainda com relação ao desenvolvimento social, a JICA tem prestado cooperação no campo da segurança nas grandes cidades, em especial São Paulo. No que

tange à cooperação triangular, o Japão tem aproveitado os conhecimentos e experiências que o Brasil já possui para a realização de cursos para terceiros países, formulado os tópicos dos projetos em consonância com os interesses brasileiros, conforme o acordo do *Japan-Brazil Partnership Program* (JBPP).

A cooperação com o Japão é certamente desejável e mesmo imprescindível, na medida em que proporciona ao Brasil acesso a novos conhecimentos. Entretanto, não deve ser uma rota exclusiva, nem deve obscurecer as oportunidades de ação conjunta com países em desenvolvimento, que muitas vezes enfrentam desafios semelhantes aos brasileiros.

O JBPP foi criado por uma iniciativa conjunta nipo-brasileira como uma estrutura na qual os dois países poderiam trabalhar como parceiros para estender a cooperação a terceiros países. O JBPP tem possibilitado a troca de informações entre a JICA e a parte brasileira, desde o estágio de formulação do projeto até a execução do mesmo, sendo considerado um programa inovador que incorpora uma parceria estratégica entre os dois países e estabelece uma base de cooperação trilateral que, visa, com o suporte da JICA, apoiar os esforços brasileiros na cooperação Sul-Sul.

A primeira reunião do comitê de planejamento do JBPP foi realizada em Brasília, em setembro de 2000. Inicialmente, o referido comitê concordou em direcionar suas atividades aos PALOPs. Em outubro de 2000, ocorreu uma missão conjunta da ABC, JICA e Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) a Moçambique e Cabo Verde, com o intuito de conhecer as instituições envolvidas nos cursos de treinamento nas áreas de saúde pública e pesquisa agrícola, além da realização dos cursos “Treinamento em Cultivo e Processamento da Cultura da Mandioca”, realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)⁵⁶ e o “I Curso Internacional: Formação de Tutores para a Capacitação em Educação à Distância na Área da Gestão da Saúde”, realizado pela FIOCRUZ, ambos desenvolvidos com o apoio explícito da JICA Brasil.⁵⁷ Esta iniciativa conjunta do Brasil e Japão para Cooperação Sul-Sul leva em consideração a terceira *Tokyo International Conference on African Development* (TICAD)⁵⁸, um

⁵⁶ Para maiores informações sobre o histórico da cooperação da EMBRAPA com países da África, veja: BIJOS, Leila. Op. cit., p. 77 a 82.

⁵⁷ Veja: ABC. **Relatório do Programa de Cooperação Técnica Brasil-Japão**. Documentação interna da ABC. Brasília, 2002, p. 05.

⁵⁸ Para informes adicionais sobre a TICAD, veja: JICA. **A Study on Japan's ODA to Africa: Towards Sustainable and Self-Reliant Poverty Reduction in Africa**. IFIC. Tokyo, 2002, p. 09 a 10.

programa que visa o suporte à África, advogado pelo Japão dentro da comunidade de desenvolvimento internacional (JICA, 2002:33).

A JICA vem apoiando o desempenho da cooperação prestada pelo governo brasileiro a terceiros países, no caso latino-americanos e africanos de expressão portuguesa por meio de aporte financeiro e alocação de recursos humanos, permitindo que o Brasil tome uma posição de intermediação das relações do Japão com estes países. Evidencia-se que a JICA tem estabelecido uma estratégia de cooperação com o Brasil que implicitamente o torna um país mediador nas relações Sul-Sul através do intercâmbio de conhecimentos, principalmente nas áreas de projetos agropecuários e industriais, tornando possível uma parceria nipo-brasileira num processo de cooperação técnica triangular no sentido Japão-Brasil-países em desenvolvimento.

Em suma, pode-se afirmar que, tendo o Brasil recebido cooperação japonesa, terá condições de prestar cooperação a outros países em desenvolvimento, em especial os latino-americanos e africanos de língua portuguesa, em um processo que se tem denominado de cooperação triangular, ou simplesmente triangulação.

A triangulação tem promovido a cooperação prestada pelo governo brasileiro a países em desenvolvimento, além de possibilitar ao Brasil elaborar propostas de projetos que intensificam as relações comerciais com os países do Sul. A reconstrução de Angola, por exemplo, cria um ambiente oportuno para a execução de projetos conjuntos. Salienta-se que o Japão tem disposição para converter-se em um *major player* no tocante às questões africanas, eventualmente preparando seu ingresso como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, conforme explicado anteriormente.

Um dos maiores desafios que a humanidade deverá enfrentar nas próximas décadas será, indubitavelmente, o da produção de alimentos para uma população em constante crescimento. Tal desafio vem se ampliando pela necessidade do crescimento da atividade agrícola ligada à preservação dos recursos naturais. O Brasil, pela sua extensa área territorial e pelo seu potencial agrícola, tem um papel primordial e fundamental a executar na busca de solução para tal desafio.

O Japão, desde a Segunda Guerra Mundial, tem apresentado drástica redução na auto-suficiência de alimentos para satisfazer seu mercado interno, resultando em uma maior dependência das importações. Tal situação causou grande inquietação ao governo e ao povo nipônico, principalmente com o surpreendente aumento das cotações internacionais dos produtos agrícolas. Salienta-se que a fonte de suprimentos de alimentos do Japão estava concentrada nos Estados Unidos que tinha proibido a exportação temporária de soja, causando aumento descontrolado nos preços deste produto e de seus derivados no mercado interno japonês.

Para garantir maior segurança à população, o governo nipônico buscou diversificar suas fontes de suprimento alimentar através da promoção de novos programas de cooperação bilateral voltados para o desenvolvimento agrícola nos países com grandes extensões territoriais. A assistência técnica e financeira oferecida pelo governo japonês provocou grande expectativa no Brasil, que reagiu positivamente às pretensões nipônicas. Essa situação favoreceu as atividades de cooperação agrícolas entre os dois países.

O Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) teve início no comunicado conjunto, assinado pelo primeiro-ministro japonês, Kakuei Tanaka e pelo Presidente Ernesto Geisel, do Brasil, em setembro de 1974. Tal comunicado principiou a relação entre os dois países sobre o desenvolvimento agrícola.⁵⁹

Em março de 1978 foi fundada a empresa holding *Japan-Brazil Agricultural Development Cooperation* (JADECO)⁶⁰, com sede em Tóquio. No mesmo ano, foi instituída a holding brasileira Companhia Brasileira de Participação Agro-industrial (BRASAGRO)⁶¹, sediada em Belo Horizonte. Com investimento de 49% da JADECO e de 51% da BRASAGRO, foi criada, em 1978, a empresa coordenadora do PRODECER, a Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO)⁶² (YOSHII, 2000:27).

⁵⁹ YOSHI, Kazuhiro et al. **Monitoramento Ambiental nos Projetos Agrícolas do PRODECER**. JICA. EMBRAPA. CAMPO. Planaltina, 2000.

⁶⁰ A JADECO é uma empresa de investimento japonesa formada pela JICA e por mais 48 empresas privadas, cf. JICA; MAPA. **PRODECER: Estudo de Avaliação Conjunta – Relatório Geral - Resumo**. 2002, p. 12.

⁶¹ A BRASAGRO, empresa de investimento brasileira, é formada pelo governo brasileiro e por mais 44 empresas privadas. Idem, p. 12.

⁶² Para a coordenação do Programa e realização dos trabalhos de supervisão dos recursos liberados, seleção dos participantes, assistência técnica e planejamento geral foi fundada a CAMPO. Informações adicionais sobre esta Companhia podem ser encontradas no site da companhia: <<http://www.campocpa.com.br>>.

A supervisão do PRODECER está localizado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), coordenado pela CAMPO e executado por cooperativas agrícolas, tendo aporte técnico e financeiro da JICA.

No âmbito do PRODECER foram implementados vinte e um projetos na área dos cerrados, conforme figura abaixo discriminada, nos estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Maranhão e Tocantins, totalizando 353.748 hectares e beneficiando, com assentamento, 758 famílias.⁶³

FIGURA 3
LOCALIZAÇÃO DOS PROJETOS E ABRANGÊNCIA DO CERRADO



Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>> Acesso em: 12 fev. 2003.

A área total da região dos cerrados, centrada na Região Centro-Oeste, é de aproximadamente 200 milhões de hectares, cerca de 5,5 vezes a área do Japão. Esta extensa área dos cerrados apresenta, originalmente, forte acidez e foi, durante anos, considerada improdutiva sob o ponto de vista agrônomo, principalmente devido a problemas oriundos da existência de alumínio e deficiência de nutrientes químicos. No entanto, por meio da correção adequada do solo, combinada com adubação compensatória, foi possível tornar produtivas estas extensas áreas para desenvolver as

⁶³ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>> Acesso em: 12 fev. 2003.

atividades do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado.⁶⁴

As atividades do PRODECER, conforme Relatório Geral⁶⁵, podem ser divididas em três fases distintas:

I. PRODECER I – 1979 a 1983 (Minas Gerais)

II. PRODECER II – 1985 a 1993 (Minas Gerais, Goiás, Bahia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul)

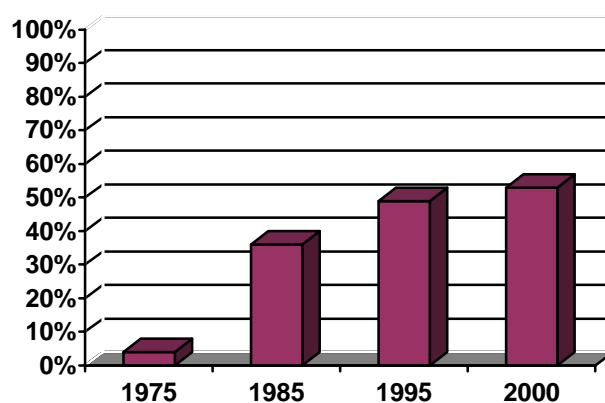
III. PRODECER III – 1995 a 2001 (Maranhão e Tocantins)

O conseqüente desenvolvimento rural, em base capitalista empresarial, através do PRODECER, tem permitido grande eficiência em termos de produtividade e de geração de empregos diretos e indiretos na região. O Programa promoveu a geração de 20 mil empregos diretos e 40 mil indiretos e, com o uso intensivo de tecnologia e de organização da produção, têm ampliado a competitividade e a produtividade no mercado. No caso da soja, por exemplo, a média foi superior à produtividade norteamericana, atingindo 2.400 quilos por hectare no ano agrícola de 1991 (Bijos, 1994:64). A evolução do volume de produção de soja, milho, café e algodão nas regiões dos cerrados podem ser observados nos gráficos abaixo discriminados.

⁶⁴ JICA; MAPA. **PRODECER: Estudo de Avaliação Conjunta – Relatório Geral**. 2002, p. 01.

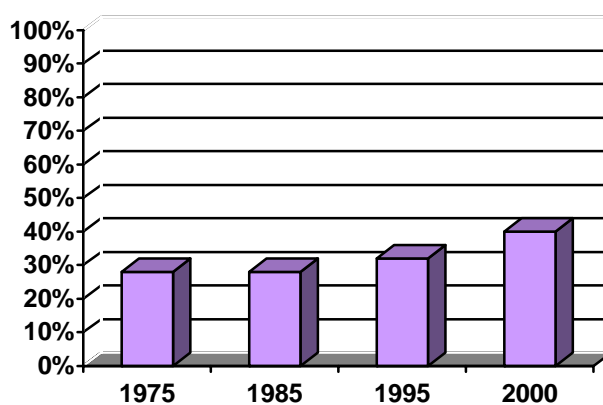
⁶⁵ Estudo de Avaliação Conjunta – Relatório Geral – Resumo. Op. cit., p. 07.

GRÁFICO 1
EVOLUÇÃO DO VOLUME DA PRODUÇÃO DE SOJA NOS CERRADOS



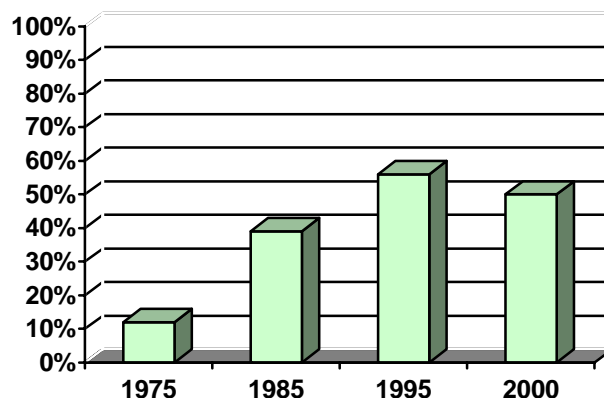
Fonte: Estudo de Avaliação Conjunta – Relatório Geral – Resumo. Op. cit., p. 19

GRÁFICO 2
EVOLUÇÃO DO VOLUME DA PRODUÇÃO DE MILHO NOS CERRADOS



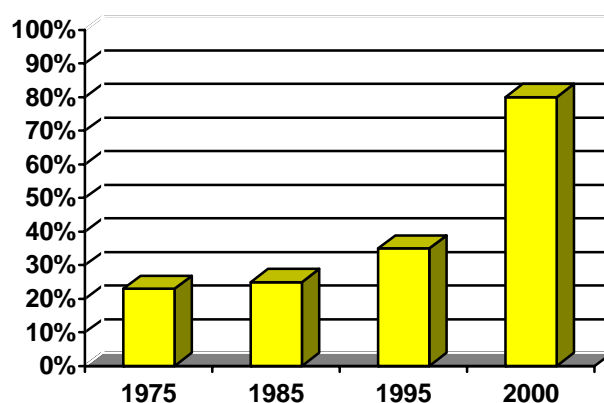
Fonte: Estudo de Avaliação Conjunta – Relatório Geral – Resumo. Op. cit., p. 19.

GRÁFICO 3
EVOLUÇÃO DO VOLUME DA PRODUÇÃO DE CAFÉ NOS CERRADOS



Fonte: Estudo de Avaliação Conjunta – Relatório Geral – Resumo. Op. cit., p. 19.

GRÁFICO 4
EVOLUÇÃO DO VOLUME DA PRODUÇÃO DE ALGODÃO NOS CERRADOS



Fonte: Estudo de Avaliação Conjunta – Relatório Geral – Resumo. Op. cit., p. 19.

A cultura que mais estimulou o desenvolvimento da região dos cerrados foi a soja, cujo volume de produção nessa região, em relação ao total nacional, passou de 4% em 1975, para 53% em 2000. Atualmente, o aumento da produção de soja nos cerrados permitiu ao Brasil ser o segundo país do mundo em produção, atrás somente dos Estados Unidos. O volume de produção de milho nos cerrados passou de 4,56 milhões de toneladas, em 1975, para 12,57 milhões de toneladas, em 2000, com incremento de 2,8 vezes e com a participação crescente, em relação à produção nacional, de 28% para

40%. As culturas de café e algodão, tradicionais no Brasil, tiveram também grande crescimento, representando, hoje, 50% e 80% da produção nacional, respectivamente.⁶⁶

A produção agrícola na região dos cerrados, com terras de elevada acidez e baixa fertilidade natural, só foi possível em decorrência de tecnologias agrícolas específicas e da difusão de técnicas de correção e manejo do solo. No PRODECER, os recursos para esse desenvolvimento foram alocados simultaneamente à realização de projetos de cooperação técnica.

A cooperação nipo-brasileira na área agrícola dos cerrados tem sido de suma importância para o desenvolvimento da região. O PRODECER, principal projeto de cooperação financeira, teve como uma das suas características, conforme dito anteriormente, a execução simultânea de vários projetos de cooperação técnica. A primeira cooperação técnica voltada aos cerrados foi iniciada em 1977, com duração prevista para 5 anos, entre a JICA e a EMBRAPA.⁶⁷ Assim, para a melhoria da produção de forma racional e eficiente, fez-se necessária a cooperação técnica entre os governos, como se vê a seguir.

Em 1974, foram iniciados os estudos visando a cooperação que, na área financeira, resultou no PRODECER I – Piloto, no Estado de Minas Gerais. Em 1977, foi iniciada a execução da primeira fase (1977 a 1985) da cooperação técnica denominada Projeto de Suporte Técnico-Científico para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados. Este projeto durou 8 anos e, com forte apoio da EMBRAPA, foi executado pela EMBRAPA Cerrados. As áreas de pesquisa foram: solo, clima e utilização de recursos vegetais dos cerrados. Foram desenvolvidas técnicas básicas para o aproveitamento racional do sistema solo-planta-água e cultivo de grãos, para dar suporte técnico ao desenvolvimento agrícola dos cerrados. Em decorrência da vontade do governo brasileiro, expressa em solicitação de cooperação técnica, foi executada a segunda fase (1958 a 1992) do Projeto de Suporte Técnico-Científico para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados, com o objetivo de aprimorar ainda mais as tecnologias desenvolvidas na primeira fase.⁶⁸

⁶⁶ Estudo de Avaliação Conjunta – Relatório Geral – Resumo. Op. cit., p. 19.

⁶⁷ Idem, p. 16.

⁶⁸ Idem, p. 17.

No entanto, como consequência do acelerado processo de ocupação agrícola nos cerrados, começaram a surgir impactos ao meio ambiente, como o aparecimento de pragas e doenças; danos oriundos da sucessão contínua de uma mesma cultura; alterações climáticas; degradação do solo e erosão; redução da fauna e flora nativas da região; destruição do ecossistema natural, etc. Assim, conclui-se pela necessidade de se avaliar os recursos naturais e incrementar as pesquisas que objetivassem o equilíbrio entre o desenvolvimento agrícola e a preservação ambiental, promovendo a prática da agricultura sustentável. Isso levou o governo brasileiro a solicitar a JICA um projeto de cooperação técnica que buscasse o aprimoramento na área de conservação e manejo dos recursos naturais na região dos cerrados. Tal solicitação foi aceita pela parte japonesa que, juntamente com o governo brasileiro, executaram o Projeto Suporte Técnico-Científico para o Desenvolvimento Agrícola Sustentável dos Cerrados, com Ênfase no Manejo e Conservação dos Recursos Naturais no período de 1994 a 1999. Neste projeto foram realizadas pesquisas nas áreas de proteção vegetal, adubação do solo, sensoriamento remoto, sistema de produção, qualidade da água, máquinas agrícolas, controle de doenças e pragas e ainda desenvolvidas tecnologias agrícolas sustentáveis com ênfase na conservação ambiental.⁶⁹

Enquanto se buscava a cooperação para as pesquisas, cresceu a conscientização em torno da necessidade de se realizar um levantamento das influências que o processo de desenvolvimento agrícola simultâneo de grandes áreas causava ao meio ambiente dos cerrados. Assim, com o objetivo de contribuir para os futuros trabalhos de preservação ambiental, deu-se início ao Projeto Monitoramento Ambiental dos Cerrados (1992 a 2000) nas áreas de implantação dos Projetos-Piloto do PRODECER. O monitoramento foi realizado nas áreas do PRODECER I e II no período de 1992 a 1996 e, nas áreas do PRODECER III, a partir de 1994 até o ano de 2000. Neste projeto foram monitorados indicadores como erosão do solo, volume e qualidade da água, vegetação e insetos. Os dados acumulados como resultado deste monitoramento e a metodologia de trabalho adotada poderão ser utilizados em futuros projetos que visem implantar um processo de desenvolvimento agrícola de forma sustentável. Tais resultados foram recentemente publicados sob o título “Monitoramento Ambiental nos Projetos Agrícolas do

⁶⁹ Idem, p. 17.

PRODECER”, servindo como referências para o desenvolvimento agrícola dos Cerrados, com preocupação ambiental.⁷⁰

O estudo Monitoramento Ambiental nos Projetos Agrícolas do PRODECER acima mencionado, somente foi exequível devido ao apoio técnico e financeiro da JICA Brasil, somando um valor aproximado de US\$ 2.300.000,00.⁷¹

⁷⁰ Idem, p. 18.

⁷¹ Estudo de Avaliação Conjunta – Relatório Geral. Op. cit., p. 4 – 11.

CONCLUSÕES

A internacionalização do Japão e a sua atual dimensão mundial não permitem, como em décadas anteriores, que sua dinâmica possa ser entendida somente à luz de fatores internos. O sucesso econômico japonês, obtido ao longo da década de sessenta e setenta, levou o país a ocupar uma posição mais ativa na ordem mundial. De fato, não é fácil explicar como um país com escassez de recursos naturais, devastado pela Segunda Guerra Mundial, com alto índice de desemprego e defasado tecnologicamente e com forte intervenção estatal conseguiu abandonar o espectro da pobreza e do atraso técnico-científico para se tornar a segunda economia do mundo contemporâneo e, ainda conseguir financiar o desenvolvimento de inúmeros países.

Após a sua reestruturação, o Japão vem adotando estratégias eficientes, calcadas no dinamismo capitalista, para maximizar sua inserção no novo cenário internacional rapidamente esboçado no segundo pós-guerra. A cooperação técnica internacional tem sido um desses instrumentos privilegiados utilizado por este país para ampliar a internacionalização de seus interesses.

As estratégias de cooperação técnica têm conseguido transpor dificuldades conseqüentes do relacionamento do Japão com outros países, utilizando-se de procedimentos baseados em afinidades sociais, políticas e culturais, com países como o Brasil, onde a imigração japonesa foi expressiva.

A atuação da JICA engloba-se nestas estratégias de redução dos obstáculos políticos e culturais ao crescimento da economia japonesa, proporcionando o Estado japonês maior governança em um cenário internacional cada vez mais complexo. O difícil jogo de relacionamentos entre os Estados torna o ciclo de amizades um fator decisivo em processos decisórios mundiais.

A JICA, conforme abordado anteriormente, é um órgão que está diretamente ligado ao Japão e à maneira de como o povo japonês participa dentro da comunidade internacional. Interdependência e um relacionamento de complementaridade com os

países em desenvolvimento são imprescindíveis para o Japão manter sua prosperidade e posicionamento internacional. É importante salientar que as atividades desempenhadas pela JICA, dentro de uma conjuntura mais ampla de cooperação, não são, de forma alguma, realizadas por simples benevolência da parte nipônica. O Japão necessita contribuir ativamente para a melhoria dos países em desenvolvimento para que, assim, possa modelar e orientar, pragmaticamente, o desempenho destes países em consonância com seu interesse. Exemplo claro dessa moldagem é caso da cooperação prestada japonesa no Brasil por meio do PRODECER.

O Japão, buscando diversificar suas fontes de suprimento alimentar, cooperou com o Brasil para a execução do PRODECER, em todas as suas fases. Conforme analisado no capítulo anterior, a JICA Brasil participou no financiamento de vários projetos dentro do PRODECER que contribuíram para aumentar a produção de grãos no cerrado brasileiro, entre eles: Projeto Suporte Técnico-Científico para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados; Projeto Suporte Técnico-Científico para o Desenvolvimento Agrícola Sustentável dos Cerrados, com Ênfase no Manejo e Conservação dos Recursos Naturais; e o Projeto de Monitoramento Ambiental dos Cerrados.

O Projeto Suporte Técnico-Científico para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados possibilitou o desenvolvimento de técnicas básicas para o aproveitamento racional do sistema solo-planta-água e cultivo de grãos, tendo como principal objetivo proporcionar suporte técnico-científico ao desenvolvimento agrícola dos cerrados.

O Projeto Suporte Técnico-Científico para o Desenvolvimento Agrícola Sustentável dos Cerrados, com Ênfase no Manejo e Conservação dos Recursos Naturais foi realizado por solicitação do governo brasileiro à JICA buscando apoio técnico e científico para o desenvolvimento agrícola sustentado dos cerrados. Na esfera deste projeto foram realizadas pesquisas nas áreas de proteção vegetal, adubação do solo, sensoriamento remoto, sistema de produção, qualidade da água, máquinas agrícolas, controle de doenças e pragas e ainda desenvolvidas tecnologias agrícolas sustentáveis com ênfase na conservação ambiental.

O Monitoramento Ambiental dos Cerrados foi executado com o intuito de monitorar indicadores como erosão do solo, volume e qualidade da água, vegetação e

insetos. Os resultados deste projetos poderão ser utilizados em futuros projetos que almejem implantar um processo de desenvolvimento agrícola de forma sustentável.

Apesar das dificuldades em obter os dados referentes a JICA, a presente monografia de graduação em Relações Internacionais expôs a importância da Agência de Cooperação Internacional do Japão na promoção do desenvolvimento técnico-científico brasileiro na área agrícola, por meio de sua participação no PRODECER, contribuindo, assim, para ampliar a produção de grãos na região dos cerrados brasileiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Diretrizes Gerais para o Desenvolvimento da Cooperação Técnica Internacional Multilateral**. Coordenação de Cooperação Técnica Recebida Multilateral. Brasília, 2000.

_____. **Programa de Cooperação Técnica Brasil-Japão**. Cooperação Técnica Recebida Bilateral. Brasília, [2000].

_____. **Relatório sobre o Programa de Cooperação Técnica Brasil-Japão**. Documentação interna da ABC. Brasília, 2002.

_____. **Documento Normativo do Programa de Cooperação Técnica Brasil-Japão**. Brasília, 1994.

AIDA, Márcia L. “Relação Brasil-Japão”, in: **As Grandes Questões Diplomáticas para o Brasil no Mundo Pós-Guerra**. Brasília: FUNAG. Caderno do IPRI, n.º 12, 1994. p. 29-45.

AMORIM, C. L. N. **Perspectivas da Cooperação Internacional**. Cooperação Internacional: Estratégia e Gestão. São Paulo: EDUSP, 1994.

AMORIM, Wellington. de. **Contraste e Contato: Aspectos do Relacionamento Econômico entre o Brasil e Japão**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Brasília, 1991.

ASEAN SECRETARIAT. **ASEAN: An Overview**. Jakarta, 1995.

ASSOCIATION FOR PROMOTION OF INTERNATIONAL COOPERATION. **A Guide to Japan's Aid**. APIC. Tokyo, 1993.

BIJOS, Leila. **A Cooperação Técnica Internacional em sua Nova Dimensão Triangular: Brasil-Japão-Países em Desenvolvimento**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Brasília, 1994.

BRAGA, Maria do Socorro. **Cooperação Internacional na Área de Telecomunicações: Um Estudo de Caso**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Brasília, 1996.

CABRAL, Bernardo. **A Cooperação Técnica e Financeira Internacional**. Série Estudos n.º 003/98. Senado Federal. Brasília, 1998.

CANÍSIO, Marcia Jabôr. **A dupla dialética das relações internacionais: elementos para a elaboração de uma visão do Sul**. Trabalho escrito a título pessoal, 1996.

CERVO, Amado L. & BUENO, Clodoaldo. **História da Política Externa Brasileira**. Editora Ática. São Paulo, 1992.

CERVO, Amado L. “Socializando o Desenvolvimento: uma história da cooperação técnica internacional do Brasil”, in: **Revista Brasileira de Política Internacional**, n.º 37 (1), 1994, p. 37 a 63.

CNI-KEIDANREN. **Brasil-Japão: “Aliança para o século XXI”**. Brasília, 2000.

CORREIA, Yolanda. **Cooperação Técnica Brasil/PALOP de 1975 a 1996**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Brasília, 1997.

COTRIM, Gilberto. **História Global**. 1ª edição. São Paulo: Saraiva, 1997.

DELMAS, Claude. **Armamentos Nucleares e Guerra Fria**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

DRIFTE, Reinhard. **Japan’s Quest for a Permanent Security Council Seat: A Matter of Pride or Justice?**. St. Antony’s College. Oxford, 2000.

FUZII, Estela Okabayaki. “*Dekassegui, Passaporte para uma Experiência de Vida*” in **Dekassegui**. Palestras e Exposições do Simpósio sobre o fenômeno chamado *Dekassegui*. Masato Ninomiya (Org.). Ed. Estação Liberdade. Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992.

INOUE, Cristina Yumie A. & APOSTOLOVA, Maria S. **A Cooperação Internacional na Política Brasileira de Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, ABONG, 1995.

JAPAN BANK FOR INTERNATIONAL COOPERATION. **JBIC no Brasil: Fortalecendo a promissora relação entre o Brasil e Japão.** JBIC. Representação no Brasil. [S.I]. [ca.2000].

JAPAN INTERNATIONAL COOPERATION AGENCY. **A Study on Japan's ODA to Africa: Towards Sustainable and Self-Reliant Poverty Reduction in Africa.** Institute for International Cooperation. Tokyo, 2002.

_____. **A Study on Japan's ODA to Africa: Towards Sustainable and Self-Reliant Poverty Reduction in Africa.** IFIC. Tokyo, 2002.

_____. **Directions for Cooperation in Institutional Development in Developing Countries (Trade, Investment, and Competition Related Institutions).** Tokyo, 2003.

_____. **Estudo Oficial do Japão para o Desenvolvimento destinado à República Federativa do Brasil: Rumo à construção de uma nova parceria.** Instituto de Cooperação Internacional. Tóquio, 2002.

_____. **Introdução to JICA's Activities.** JICA Intro-Kit 0102, 2002.

_____. **Jica in East Timor.** Panfleto Informativo, 2000.

_____. **JICA.** Panfleto Informativo. [S.I]. [ca.2000].

_____. **Plano de Execução dos Projetos da JICA por País: Brasil.** JICA, 2001.

JICA & MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **PRODECER: Estudo de Avaliação Conjunta – Relatório Geral,** 2002.

_____. **PRODECER: Estudo de Avaliação Conjunta – Relatório Geral – Resumo,** 2002.

KEOHANE, Robert et al. **After the Cold War.** Cambridge: Harvard University Press, 1993.

KEOHANE, Robert. **After Hegemony – Cooperation and Discord in the World Political Economy.** Princeton: Princeton University Press, 1984.

KISSINGER, Henry. **A Global Consensus and Economic Development.** Discurso na Sétima Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU. New York, 1975.

KÖNZ, P. **Financiamento Oficial da Cooperação Técnica Internacional**. Cooperação Internacional: Estratégia e Gestão. São Paulo: EDUSP, 1994.

KUNIMOTO, Iyo. "Japanese Migration to Latin America", in: **Japan, the United States and Latin America – Toward a Trilateral Relationship in the Western Hemisphere**. Barbara Stallings e Gabriel Szekely (Org.). Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1993.

LEÃO, Valdemar C. **A Crise da Imigração Japonesa no Brasil (1930-1934) – Contornos Diplomáticos**. Brasília: FUNAG, 1990.

LESSA, Antônio. **Brasil, Estados Unidos e Europa Ocidental no contexto do Nacional-desenvolvimentismo: estratégias de diversificação de parcerias**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Brasília, 1994.

_____. **Pelos quatro cantos do mundo: um balanço histórico da estratégia de diversificação de parcerias sob o Governo Geisel (1974-1979)**. Fundação Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Políticas e Relações Internacionais. PROIN/CAPEs. Caderno n.º 01, 1996.

MAIA, Maria E. R. **Cenários para o Sistema Financeiro Internacional**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Brasília, 1999.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL; JAPAN INTERNATIONAL COOPERATION AGENCY. **Documento Normativo do Programa de Cooperação Técnica Brasil-Japão**. Brasília, 1994.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. **Visita de Estado do Presidente Fernando Henrique Cardoso ao Japão**. Maço de Acompanhamento de Compromissos. Brasília, 1996.

_____. **II Reunião dos Chefes de Postos na Ásia e Oceania**. Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos. Departamento da Ásia e Oceania. Brasília, 2002.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN. **Japan's Official Development Assistance. Annual Report 1999**. Economic Cooperation Bureau. Tokyo, 2000.

MORGENTHAU, Hans. **Politics among Nations**. 4ª ed. New York: Knopf, 1971.

MURPHY, T. B. **Underdevelopment, Dependency and Regional Integration: The Central American Experience**. Ann Arbor UMI. Tese de PhD. Pardue University, 1986.

NINOMIYA, Masato. **A Imigração Japonesa: Passado, Presente e Futuro**. Caderno da Memória n.º 05. Museu da República. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, Odete Maria de. **Relações Internacionais**. Curitiba: Juruá, 2001.

REIS, Maria E. F. **Brasileiros no Japão: O elo humano das relações bilaterais**. Masato Ninomiya (Org.), 2001.

SAKURAI, Célia. **Imigração Japonesa para o Brasil: Um exemplo de Imigração Tutelada 1908-1941**. GT 9 Migrações Internacionais. XXII Encontro Nacional da ANPOCS. Caxambu, 1998.

SANTOS, Eliane de Aguiar. **A Cooperação Técnica Internacional: Um Estudo de Caso do Processo de Integração do Mercosul**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Brasília, 1994.

SILVA, Gustavo. **A Teoria das Relações Internacionais & A Pesquisa para a Paz**. Brasília: Royal Court, 1997.

SIQUEIRA, Paulo C. **Cooperação Brasil/Argentina: Perspectivas de Integração no Campo das Novas Tecnologias**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Brasília, 1991.

THE INTERNATIONAL SOCIETY FOR EDUCATIONAL INFORMATION, Inc. **O Japão de Hoje**. Tóquio, 1990.

TOMASSINI, L. **Desarrollo Económico y Cooperación Internacional**. CEPAL LC/R 1276, 1993.

TORRES, Ernani T. F. **A Economia Política do Japão: reestruturação econômica e seus impactos sobre as relações nipo-brasileiras (1973-1990)**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1992.

_____. **Japão: Características Estruturais da Crise Econômica Atual.** IPRI, 2000.

UEHARA, Alexandre R. **As relações nipo-brasileiras e a política de ajuda externa do Japão para o Brasil.** Paper preparado para o Encontro de 1998 da Associação de Estudos Latino-Americanos em Chicago, Illinois, 1998.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME . **TCDC: Ideas into action.** New York, 1998.

YOSHII, Kazuhiro et al. **Monitoramento Ambiental nos Projetos Agrícolas do PRODECER.** JICA. EMBRAPA. CAMPO. Planaltina, 2000.